PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO X — N.º 101 — SÃO PAULO, DEZEMBRO DE 1965 | REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 | CAIXA POSTAL — 62 48

Maria Luiza C. Dias Voz das Prisões Fascistas Comove a America Latina

A visita de Maria Luisa da Costa Dias à America do Sul constituiu uma grande vitória da solidariedade internacional. Por onde quer que passou a figura gentil e frágil dessa embaixadora dos presos politicos portugueses, o problema da repressão salazarista tornou-se assunto de primeira actualidade e as manifestações de solidariedade às vitimas do fascismo surgiram em cadeia. Pela imprensa, pelo radio, pela televisão; a voz de Maria Luisa fez-se ouvir, as suas palavras comoveram e impressionaram milhões de homens de todas as classes sociais. Foi assim no Chile, no Uruguai, na Argentina, no Brasil. Os dramaticos anos de cativeiro marcaram indelevelmente Maria Luisa no corpo e no espirito. E' hoje uma mulher com a qual não se pode falar sem que se sinta um respeito, e uma admiração profundos. Não é de estranhar portanto que a opinião pública latino-americana tenha respondido prontamente aos seus apelos. Maria Luisa da Costa Dias é uma embaixadora à altura da grande causa que se entrega com uma autenticidade e uma dedicação enternecedoras: a dos patriotas que sofrem nos presidios inhumanos do fascismo salazarista.

AOS POVOS DA AMERICA LATINA

Publicamos abaixo o texto da mensagem endereçada por Maria Luisa da Costa Dias aos povos da America Latina:

"De longe, através de mares e continentes, coube-me trazer aos Povos da América Latina a mensagem do Povo de Portugal.

Mensagem de agradecimento pela activa solidariedade desenvolvida pelos Povos deste Continente à nossa luta libertadora; mensagem de agradecimento pela sua magnifica solidariedade para com a libertação dos nossos prisioneiros politicos.

Trinta e nove anos de sangrenta tirania não habituaram o nosso Povo à noite fascista. Não lhe roubaram o seu vigor combativo. Não destruiram a sua certeza na vitória final. E sob a mais brutal repressão, com prisões em massa, com assassinatos politicos em ruas e estradas, com torturas que vão até à loucura e à morte com uma lei que aplica aos prisioneiros politicos a prisão perpétua, em centenas de milhares a sua voz de protesto se levanta, poderosa na sua unidade e na sua organização, e dia a dia se torna mais forte contra o fascismo salazarista.

Do fundo das Fortalezas que são os cárceres politicos de Salazar, sob a mais feroz repressão, muitas centenas de homens e mulheres encontram coragem, encontram forças, na certeza de que a sua firmeza e a sua heroica resistência frutificaram nas vidas de milhões de portuguesas e portugueses oprimidos, e confiantes em que o seu sacrifício e o seu combate encontrarão éco e avivarão o fogo da solidariedade em milhões de homens e mulheres de todo o mundo.

Aos Povos da América Latina o Povo de Portugal e os seus combatentes anti-fascistas agradecem o abraço fraterno com que nos receberam e saudam-vos erguendo bem alto a bandeira que heroicamente empunham em suas mãos: a bandeira da luta pelo derrubamento do fascismo e pela conquista da Democracia em Portugal".

ABAIXO A REPRESSÃO!

Reproduzimos, a seguir, o texto do documento entregue a Maria Luisa para divulgação internacional em que altas personalidades latino-americanas se pronunciam contra a repressão fascista, exigindo o seu fim:

Os abaixo mencionados, personalidades, dirigentes politicos, dirigentes de organizações sindicais, estudantis e sociais, tendo conhecimento dos graves atentados aos Direitos Humanos de que são vitimas os presos politicos portugueses, reclamam do Governo de Salazar:

— O fim imediato para as torturas aplicadas aos presos politicos;

— A abolição da lei das "medidas de segurança" que condenam os presos à prisão perpétua;

— A libertação imediata dos presos JOSE' VICTORIANO e SOFIA FERREIRA, e uma anmistia geral para os presos politicos portugueses.

Maria Luisa da Costa Dias, durante a Conferência de Imprensa realizada em São Paulo, no dia 23 de Novembro.

Lauro Ramirez, Senador Nacional, Argentina; Lorenzo Marquez, escritor, Movimento para a Amnistia em Espanha e Portugal, Argentina; José M. Lanzo, poeta, Argentina; Jorge Guerschman, Secretário do Conselho Argentino da Paz, Argentina; Olga M. Scheimberga, pintora, Argentina; Yolanda Vera, Partido Socialista Argentino, Argentina; Rodney Arismendi, deputado Nacional do Uruguay e Secretário Geral do Partido Comunista do Uruguai, Uruguai; Gerardo Cuestas, Central dos Trabalhadores do Uruguai, Uruguai; Victorino Casartelli, professor Movimento de Solidariedade Internacional do Uruguai, Uruguai; Alejandro Gonventil, jornalista, Uruguai; Pedro José Fontana, Engenheiro, Junta da Provincia de Buenos Aires, Movimento de Autodeterminação, Argentina; Sonia Bialhous, Secretaria Geral do Comité Nacional Feminino da Frente da Esquerda de Libertação, Uruguay; Rodolfo Ghioldi, Secretário do Partido Comunista da Argentina, Argentina: Enrique Corominas, ex-Presidente do Conselho da Organização dos Estados Americanos, OEA; José Bernabé Bedouret, Director de "Vida Diplomática"; Nestor Lemos, Professor e Escritor, Sociedade Mendocina de Escritores; Edmundo Polanco, Central Unica de Trabalhadores, Chile; Juan Vargas Puebla, Central Unica de Trabalhadores, Chile; Jorge Montes, deputado Nacional do Chile, Chile; Cerruti Costa, ex-Ministro da Republica Argentina, Argentina; José Gonzalez, Federação Universitária da Argentina, Argentina; Felix Granovsky, Secretário Geral do Movimento de Autodeterminação dos Povos; José Villegas, Federação Universitária do Uruguay, Uruguay; Jorge Trimboli, dirigente do Movimento Revolucionário Oriental; Celyca Capra, Secretária Geral da União das Mulheres da Argentina, Argentina; Jorge Baptista, Juventude Argentina, Argentina; Coral, deputado da Republica Argentina, Argentina; R. Garcia, Tesoureira da União das Mulheres da Argentina, Argentina; Edmundo Soares Neto, Vice-Presidente da

(Continua na página 2)

AOS PORTUGUESES DO BRASIL

Convosco quero compartilhar a emoção das magnificas manifestações de solidariedade que as fôrças democráticas e os Povos da América Latina tão expressivamente testemunharam aos nossos prisioneiros politicos e ao nosso Povo na luta contra o fascismo.

Para êles fui portadora de uma mensagem de agradecimento, pelo fervor com que têm tomado activamente nas suas mãos a causa da libertação dos nossos patriotas encarcerados, e pelo muito que pessoalmente lhes devo nêsse esfôrço.

Estreitando nas minhas as vossas mãos, num gesto que a todos nos liga em comunhão com o Povo Português, a todos saúdo, queridos compatriotas do Brasil.

As Eleições e o Portugal de Amanhã

Salazar fez eleger mais uma Assembléia. Ainda desta vez não poderemos escrever, infelizmente, que o povo português elegeu uma nova Assembléia: mudaram os fantoches, a farsa foi a mesma.

Embora sabendo que neste simulacro de eleicão tudo estava decidido antecipadamente, PORTUGAL DEMOCRÁTICO tinha preconizado nos seus editoriais e comentários a participação nas "eleições" salazaristas. Tratava-se para nós de uma ocasião, que não se devia desperdiçar, de desmascarar o salazarismo, de agitar a opinião pública, de politizar o povo português, de criar o clima de levantamento nacional que derrubará o regime.

Concluiram os democratas portugueses, perante as condições de opressão com que o salazarismo reforçou para estas eleições o seu tradicional dispositivo de repressão à livre expressão das idéias, pela impossibilidade de comparecimento às urnas. Compreendendo embora as suas razões, continuamos lamentando que ainda desta vez, não tenha sido desafiado o esquema repressivo do fascismo, forçando a máquina que há quarenta anos nos abafa e abrindo algumas perspectivas que levem à solução do problema português.

Perdida essa oportunidade, restaram assim mesmo, da curta campanha que Salazar foi forçado a conceder, muitos elementos positivos. O principal dêles, o mais inestimável, foi sem dúvida a igualdade de tom dos manifestos oposicionistas: desde os documentos da extrema esquerda, ao comunicado do diretório monárquico, desde o memorial dos sociais-democratas, ao panfleto dos católicos, os temas aflorados são os mesmos, as soluções preconizadas são em muitos pontos identicas. Esta unidade, desorientadora talvez para um observador estrangeiro, não espanta quem conheça bem as condições políticas portuguesas. Para nós, sobretudo, além de não ser inesperada, ela é reconfortante. Com efeito, é animador verificar nesses manifestos a unidade de correntes tão díspares em face dos problemas de maior importância para a nação, como o colonialismo (que todos corajosamente condenam), o imperialismo (cujos malefícios todos denunciam), o perigo dos monopólios para a economia portuguêsa (a que todos se referem).

Talvez estas melancólicas eleições tenham servido pois para alguma coisa: elas mostraram ao mundo que os crimes do salazarismo, a situação desesperada em que se acha o nosso país, estão forjando em Portugal uma aliança para a acção entre correntes que noutros lugares se acham irremediávelmente separadas, mas que entre nós, tendo como alvo um adversário comum, juntas derrubarão o fascismo e juntas construirão o Portugal de amanhã.

PORTUGAL DEMOCRATICO

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 191 — SP. Brasil

Maria Luiza C. Dias...

(Cont. da 1.a pág.)

Frente de Esquerda de Libertação, Uruguay; Antonio Sofia, Presidente da Liga Argentina dos Direitos do Homem, Argentina; Srhmirgeid, Secretário das Relações Internacionais, Liga Argentina dos Direitos do Homem, Argentina; Direção da Liga dos Direitos do Homem, Argentina e Aura Fleitas, Vice-Presidente da União das Mulheres da Argentina, Argentina.

EM SÃO PAULO

Em São Paulo, onde Maria Luisa da Costa Dias apenas pôde demorar-se alguns dias, o ambiente que a rodeou foi, como em todo o lado, de apreço e ternura.

Os que a ouviram pela Radio e os que a viram pela Televisão — e foram milhões — tiveram ensejo de se certificar, través de um depoimento de autoridade incontestável, dos horrores da repressão fascista que os democratas portugueses do Brasil vêm denunciando incansávelmente. Por outro lado, o contacto directo de Maria Luisa com os representantes da imprensa foi um exito. Já nas suas visitas às redações dos jornais "Folha de S. Paulo" e "Ultima Hora" fôra acolhida com demonstrações de um carinho desvanecedor. Mas foi principalmente durante a conferencia de imprensa que manteve com os representantes dos jornais, da Radio e da Televisão de São Paulo, na sede do Centro Republicano Portugues, na tarde do dia 23 de Novembro que se pôde verificar quanto Maria Luisa para alem de ser uma "noticia" de permanente actualidade é uma mulher que, pela sua humanidade cativante, capta a simpatia e o respeito de todos os auditórios.

Para assinalar devidamente o acontecimento, o Centro Republicano Portugues convidou para esse encontro, não só os representantes da imprensa como alguns amigos de longa data dos democratas portugueses do Brasil entre os quais a presidente da Comissão para a liberdade e a da Amnistia aos Presos e Exilados Politicos Portugueses Dra. Dolores de Mello Vassão, as escritoras Helena Silveira e Lygia Fagundes Telles, Susana Sampaio, o editor Caio Graco Junior, etc. A reunião foi presidida pelo presidente do Centro, capitão Sarmento Pimentel que, no final falando de improviso, saudou Maria Luisa da Costa Dias, manifestando-lhe a certeza de que os democratas portugueses do Brasil não faltarão com a sua solidariedade aos que sofrem nos presidios fascistas.

MENSAGEM DE UMA VOZ CONTRA A OPRESSÃO

Na impossibilidade de transcrevermos tudo o que a respeito de Maria Luisa Costa Dias veio a lume na imprensa brasileira, reproduzimos a seguir a matéria que sob o titulo a oito colunas "Mensagem de uma voz portuguesa contra excessos da opressão", veio inserta na edição do dia 28 de Novembro do importante diário liberal "A Tribuna", de Santos.

SÃO PAULO, 27 (Da Sucursal) — Maria Luisa da Costa Dias Soares é uma médica portuguêsa, que realiza presentemente uma viagem pelos paises da América, com o objetivo de esclarecer a opinião pública dêste Hemisfério sôbre as condições em que se processa a repressão política em Portugal e o regime a que ali estão submetidos os presos politicos.

Passou alguns anos de sua vida num dos presidios portuguêses mais tristemente célebres: a fortaleza de Caxias. O seu caso é um entre muitos. Depois de haver visitado o Chile, o Uruguai e a Argentina, acha-se agora em São Paulo para uma breve permanência. Prêsa em dezembro de 1958, não havia contra ela qualquer acusação. Mas decidira acompanhar na clandestinidade seu marido, então perseguido pela policia politica. Esperou dois anos pelo julgamento. Finalmente, o Tribunal Plenário condenou-a a dois anos de prisão correcional. Normalmente, deveria ter sido posta imediatamente em liberdade. Mas não o foi. Foram-lhe aplicadas as famosas "medidas de segurança. Assim começou sua dolorosa trajetória nas prisões a qual nos fala nesta entrevista:

UM ECO DE SOFRIMENTO

— Qual o objetivo da sua viagem à America Latina?

— Testemunho e mensagem são as palavras que resumem todo o conteúdo da minha missão em terras do Uruguai, Argentina, Chile e Brasil, que como combatente antifascista e ex-prisioneira política tive a honra de visitar.

A opinião pública dêstes países pôde ser confirmada perante um testemunho vivo, da enorme importância da sua contribuição solidária para com a luta libertadora que o povo português trava. Os muitos milhares de homens e mulheres progressistas dêstes países, tendo tomado conhecimento dos meios de brutal repressão pelos quais o regime de Salazar se impõe ao nosso povo, tendo tomado conhecimento do drama que vivem as muitas centenas de prisioneiros políticos portuguêses, repetidas vêzes tinha manifestado uma posição de solidariedade ativa em sua defesa. Galgando fronteiras e continentes, o eco do sofrimento dos nossos prisioneiros politicos — trazido pela fôrça da luta do Povo português — havia quebrado a muralha com que o regime de Salazar durante anos o isolara dos seus amigos, os povos do mundo inteiro. E essa muralha que deixou de ser impenetrável, deixou também de ser intransponível. O mito da barreira foi ultrapassado pela ação da solidariedade internacional. A minha presença foi a confirmação da realidade de que é possível impor o respeito pelos direitos da pessoa humana àqueles que por tôdas as formas os calcam aos pés.

MULHERES NAS PRISÕES

— Pode falar-me da sua experiência direta relativamente aos aspectos a que acaba de se referir?

— Terei de resumir em breves traços alguma coisa do muito que conheci e vivi, daquilo que é a luta das 24 horas de cada dia na fortaleza de Caxias. Essa luta sem treguas, de dia e de noite, contra os insultos contra as diabólicas provocações armadas a cada instante para fomentar e aplicar castigos, a tensão e o sobressalto de todos os momentos, porque para a Policia Política, tôdas as horas são horas para submeter a interrogatórios que se mantêm durante 8, 10, 12, dias e noites consecutivos sob as mais violentas torturas e sob o suplício da privação do sono.

Nos meus ouvidos hão de ressoar sempre aquelas pequeninas pancadas aflitivamente batidas na parede pelas prisioneiras camponesas de uma cela ao lado, comunicando-nos a angústia em que se encontravam perante uma companheira que regressava dos interrogatórios da PIDE arrastando-se porque já não podia andar, completamente surda de um ouvido em consequência de lhe haverem batido violentamente com a cabeça contra a parede e que apresentava alucinações auditivas. Durante 8 dias e noites de torturas e sem dormir, tinham-na ainda submetido à tortura moral de ouvir numa sala ao lado gritos angustiosos de uma pessoa de familia como se estivesse a ser suplicada e exibindo-lhe depois peças da sua roupa, ensanguentadas.

Eu estive com uma companheira muito jovem que tivera a ingênua idéia de vincar com a unha as iniciais do seu nome no rebordo do prato de alumínio em que nos servem a comida. Por êsse motivo sofreu um castigo de 8 dias numa cela de "segrêdo" — são umas grutas cavadas na profundidade do terreno, sem janela e sem luz onde a umidade escorre permanentemente pelas paredes, chegando a cobrir os pés, sem um banco e onde inclusivamente a tarimba em que se dorme, sem colchão nem manta, é retirada durante o dia, e em que o regime de alimentação a que o prêso é submetido é frequentemente apenas pão e água.

A EXPERIENCIA

— Pediu-me que lhe falasse da minha experiência direta. Ao que acabo de lhe dizer posso acrescentar muito resumidamente algumas palavras sôbre o meu caso pessoal.

Em consequencia de uma doença grave que se desenvolveu durante a minha permanência na fortaleza de Caxias, impôs-se a necessidade de ser submetida a uma intervenção cirúrgica urgente. A policia negava-se a autorizar o meu internamento hospitalar. Na impossibilidade de assumir a responsabilidade das consequências, que seriam fatais, desta atitude em face de uma opinião pública alarmada que fazia sentir a sua pressão, fui finalmente hospitalizada. Isolamento total. Dentro do meu quarto, de onde inclusive expulsaram o médico que vinha fazer as observações preparatórias para o ato cirúrgico, instalaram a policia, permanentemente, dia e noite. Insurgindo-me contra esta presença insultuosa e psiquicamente traumatizante, no estado extremamente grave em que me encontrava, como protesto e exigindo a sua retirada, fiz a greve total da fome durante os dois dias que precederam a intervenção. Aos meus protestos a policia respondia que eu não era ali uma doente mas apenas uma prêsa política, sem quaisquer direitos, e impôs inclusive a sua presença na sala de operações.

EM CAXIAS

— A gravidade da intervenção, com tôdas as consequências do ambiente de repressão em que decorreu, culminou rapidamente na fortaleza de Caxias, para onde fui transferida. A reclamação do médico de que o meu estado exigia pelo menos o transporte numa ambulância, foi respondido que era impossivel porque "seria muito escandaloso" — culminou no estado clinicamente classificado de caquexia grave dos Campos de Concentração. Não era mais do que um débil fio de vida, com 35 quilos de pêso, com complexas perturbações gerais, não podendo ser transportada de um local para outro senão nos braços das minhas companheiras, perdendo os sentidos a cada tentativa de erguer-me só. Nestas condições, a Policia negava-se a libertar-me, apesar de já ter cumprido a pena a que fôra condenada. Retinha-me na prisão a lei salazarista das "medidas de segurança", lei única no mundo, que condena os presos políticos a prisão perpétua, e que lhes é aplicada automaticamente, uma vez terminadas as condenações, por periodos que são prorrogáveis de 3 em 3 anos.

Por isso lhe dizia no inicio desta entrevista que, além de um testemunho vivo, a minha presença nos países da América Latina que visitei tinha igualmente o significado de uma mensagem.

Mensagem de profundo agradecimento de todos os prisioneiros politicos portuguêses que, como eu, devem a sua liberdade e também a vida à participação dada pelos povos destes países nas campanhas de solidariedade que, em escala nacional e internacional, se desenvolveram pela sua libertação.

Mensagem ao mesmo tempo de confiança na certeza de que os seus esforços não cessarão, enquanto as portas das fortalezas salazaristas não se abrirem para todos os patriotas portuguêses encarcerados."

Durante a sua estada no Uruguai, Maria Luisa da Costa Dias participou de numerosas manifestações contra a repressão em Portugal. O clichê mostra-a, discursando, numa dessas reuniões. Da esquerda para a direita: Salinger, pelos democratas austriacos; Maruja Salinger, representante das mulheres espanholas; Maria Luisa da Costa Dias; professor Bacigalpe, presidente da organização local para a Amnistia aos presos e exilados politicos da Espanha e Portugal; e José de Jesus Pina, representante dos democratas portugueses. .....

Sarmento Pimentel Responde ao M. da Guerra

O capitão João Sarmento Pimentel, um dos elementos mais destacados da emigração democrática portuguesa tanto pelo seu passado de militar condecorado com a Torre e Espada, como pela sua actividade de anti-fascista e pelos seus meritos de escritor consagrado pela critica, foi recentemente alvo de uma atitude grosseira (ou de uma brincadeira de pessimo gosto) dos burocratas do Ministerio da Guerra. Em resposta, enviou ao responsável pelo gesto a carta que a seguir reproduzimos:

"Exmo. Sr. Major Joaquim de Souza Brites, Chefe da Repartição Geral da Direção do Serviço de Pessoal — Ministério da Guerra — Lisboa, Portugal. Prezado Senhor Fui chamado ao Consulado Geral de Portugal em São Paulo — Brasil — para me mostrarem uma comunicação da Repartição Geral do Ministério da Guerra, na qual eram pedidas várias informações e também duas fotografias para minha identificação.

Com esta idade de 77 anos e nos tempos que vão correndo, havia de supor-se que os elementos agora procurados são para essa Repartição poder fornecer-me guia de marcha para o outro mundo. Mas como pelos meus cálculos, sempre otimistas, ainda me proponho durar pelo menos mais uma vintena, disse no Consulado que desde há muito (meio século talvez) estou identificado no Ministerio da Guerra e que, se os arquivos não foram destruidos, la devo aparecer como capitão reformado da Arma de Cavalaria. Assim sendo, não tenho que me identificar novamente.

Demais, sem ropias e basófias a que não sou atreito, suponho não estar no numero de tantos e tão bons dos meus camaradas que a ingratidão oficial atirou para as cavernas do esquecimento pois a Ordem da Tôrre-e-Espada com palma e aquela medalha de prata de Valor Militar, obtidas na guerra, me puseram ao abrigo de semelhante contingência, embora haja um manifesto e insidioso propósito a êsse respeito da parte dos atuais detentores do Govêrno.

Todavia, é bem possivel que a PIDE tenha em projeto uma nova operação Delgado e não queira que algum pobre diabo venha a pagar as favas pelo pobre de mim e movida por tão humanitário sentimento, recorre ao Ministério da Guerra para evitar lamentável confusão no cumprimento das ordens superiores.

Este é o lado mais feioso e também o mais natural de eu encarar as diligências para minha nova identificação.

Porém, não é só por este lado suspeito que, sem ofensa para ninguém, meu escasso entendimento há-de ler aquele papel que o Sr. Major Souza Brites enviou ao Consulado de Portugal em São Paulo.

Pode muito bem acontecer que exista da parte do Estado Novo uma curiosidade de carater que, forçando a mão, diriamos sociologico ou anedotico para inofensiva história em quadrinhos destinada aos meninos da "Mocidade Portuguesa", cuja é o registro bibliográfico de um velho servidor do Estado teimoso no fingir de vivo em toda a grande noite escura duma existência política que o proprio ditador já deu por finda e sem préstimo. Então aí o compilador de velharias inuteis, poderá recorrer às seguintes fontes publicas: jornais diários do Porto e de Lisboa do ano de 1919, a partir de Fevereiro. "Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira", volume XXVII. "Companha do Sul de Angola" — Relatório do General Pereira de Eça — pgs. 67, 461-62-63-69, 551 — Imprensa Nacional, 1921. "História de Portugal" edição comemorativa do 8.o Centenario de Portugal, direção de Damião Peres. "Historia de Portugal" — por Antonio Sergio de Sousa — Ed. Labor.

Também nas horas vagas eu sou mesteiral de letra de fôrma e de tal arte anda esparsa mais de seis lustros, nas revistas "Seara Nova" de Portugal e "Anhembi" do Brasil, uma prosinha de cotio que dizem, não é desajeitada de todo, fora aquele livro "Memórias do Capitão", fartamente apreendido pelos esbirros da censura em Portugal, e que aqui no Brasil algumas Universidades o recomendam aos seus alunos da cadeira de Literatura Portuguesa como livro de texto, chegando ao desafôro ou exagêro, alguns dos senhores Mestres, de o considerarem clássico da nossa lingua!!! E' bem verdade que nestas terras novas e pouco lidas nos cânones da civilização cristã de que o Portugal de hoje se constitui esbreme defensor é fácil a algum intelectual menos precatado comer gato por lebre.

Ha ainda, para honra do signatário destas regras já longas e arrevesadas como sermão de Vieira, um especioso lado politico que não deixa de ter interesse biográfico: Trinta e oito anos de exílio no Brasil com umas férias de seis meses do ano de graça de 1950 e por graça da ONU, que impôs ao ditador essa mézinha caseira curadora de mil saudades logo suspensa por ordem do dono de nós todos. Já me esquecia de referir, e era injustiça flagrante, que, ali pelo ano de 1940, o chamado Estado Novo resolveu distinguir, pelos valiosos serviços prestados a Portugal, alguns patricios, residentes no Brasil, com uma condecoração duma dessas ordens que também servem para engalhar os lorpas daquele patricteirismo de carregar pela boca.

A mim coube o titulo honorifico de Comendador, embora os jornais da linha ditatorial me houvessem brindado em prosa e verso com todos os louvores do vocábulo fascista, cuja escala começa em traidor à Pátria e acaba numas tantas arrobas do ouro de Moscou que o SNI pesa na balança da sua austera probidade e é aferida rigorosamente pela censura.

Vou terminar esta conversinha de recreação galhofeira muito do agrado das gentes da minha idade, esquecida dos regulamentos e noções de hierarquia, mas que não envolve, de jeito nenhum abuso de confiança ou menos consideração por quem de direito. E tanto assim é que se ao sr. maior alguma curiosidade lhe merecer da minha lenga-lenga com arremedos de autobiografia pataqueira, não tenho duvida nenhuma em lhe mandar o tal livro de "Memorias" aqui referido, para poder melhor aquilatar das tôlas presunções do seu camarada (a) João Sarmento Pimentel.

P. S. — Pode fazer o uso que quiser desta carta, pois me reservo o mesmo direito e vou torná-la publica 15 dias após a data de hoje, em que mando cópia ao Consulado de Portugal. São Paulo, Dia dos Mortos de 1965."

Natal do Preso Politico

De todas as campanhas promovidas pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO o Natal do Preso Politico teve sempre a melhor acolhida da parte dos nossos leitores e amigos. Chegaram à nossa redação os seguintes donativos:

"Grupo de Democratas — Niteroi" ..... Cr$ 25.000,00
Festival Ibérico Cr$ 172.995

Falta de Espaço

Numerosos originais recebidos de colaboradores nossos não puderam ser publicados neste numero por falta de espaço. Pelo mesmo motivo interrompemos a publicação de "RUMO À VITORIA", e do importante depoimento do dirigente operário Francisco Miguel à organização "Amnesty International".

RADIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriotica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 0,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

Notas e comentarios

A ONU E OS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Em oficio datado de 25 de outubro p. p. e que assina em nome do presidente da Assembléia Geral das Nações Unidas, o sr. Jean Gazarian informou a Unidade Democrática Portuguesa de que o Memorial dos Democratas Portugueses da América endereçado àquele alto organismo internacional havia sido levado ao conhecimento das delegações participantes da XX Assembléia.

Trata-se de uma informação de rotina, pois é do regimento da ONU que documentos nessas condições, recebidos de entidades responsáveis sejam distribuidos aos membros da Assembléia. Nem por isso o esclarecimento daquele funcionário superior do gabinete do Secretario Geral deixa de nos trazer a satisfação inerente a um dever cumprido. No Memorial em referência, que os nossos leitores conhecem pois foi oportunamente reproduzido por «Portugal Democrático», os representantes de numerosas organizações democráticas portugueses do Brasil, Argentina, Uruguai, Venezuela, Estados Unidos e Canadá, definiam perante a XX Assembléia a sua posição em face dos problemas suscitados pelas guerras coloniais do colonialismo fascista de Salazar e solicitavam que fossem tomadas medidas concretas para obrigar o governo de Lisboa a cumprir as resoluções do Conselho de Segurança que êle tem ignorado sistemáticamente. Não alimentamos a ilusão de que essa iniciativa conjunta possa contribuir para apressar o fim da monstruosa guerra que infelicita os povos de Portugal, de Angola, da Guiné e de Moçambique. Mas conforta-nos a certeza de que as delegações de mais de uma centena de nações — incluindo a do governo fascista de Salazar — puderam verificar que os democratas portugueses da América se encontram unidos e são unanimes na condenação da política colonialista de Lisboa.

DOCUMENTAÇÃO DO PAIGC

O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde acaba de divulgar três documentos de grande interesse e actualidade. No primeiro deles — intitulado «Os interesses capitalistas estrangeiros, portugueses e não portugueses, na Guiné e Cabo Verde», prova-se de modo insofismável, através de fatos e numeros, que tôda a máquina colonialista montada naquelas duas colonias é dominada por um punhado de grandes familias financeiras que por sua vez, se encontram enfeudadas a poderosos monopólios internacionais. Outro desses documentos é uma interessante compilação de dados sôbre o apoio das potências da OTAN ao governo fascista e colonialista de Salazar. Num terceiro documento o PAIGC expõe em sintese o trabalho realizado na luta pela educação das massas e pela formação de quadros.

SALAZAR AO LADO DOS RACISTAS DA RODESIA

A declaração ilegal de independência da Rodesia mereceu, como se sabe, a repulsa universal. A XX Assembléia Geral das Nações Unidas condenou por 107 votos contra 2 a atitude do governo de Ian Smith, convidando a Inglaterra a por termo à rebelião dos racistas de Salisbury por todos os meios ao seu alcance, incluindo o emprego da força. Como era de esperar, os dois votos contrários a essa resolução foram os de Portugal e da União Sul Africana. Não se atreveu, contudo, Salazar a dar o passo decisivo que seria o reconhecimento oficial da «independência» da Rodesia. Receando atritos sérios com Londres, o governo fascista de Lisboa optou pelo meio termo. Não se pronunciou diretamente sôbre a questão da independência, mas declarou reconhecer nas fronteiras Portuguesas (entenda-se das colonias) a validade dos passaportes rodesianos. Por outro lado, embora as autoridades monetárias guardem silencio acêrca da atitude a tomar em face da não conversibilidade da libra rodesiana imposta pelo governo britânico, sabe-se que o Banco Ultramarino recebeu instruções para aceitar operações com aquela moeda.

Em Lourenço Marques reina um clima de grande tensão, mostrando-se os militares preocupados com as notícias segundo as quais vários Estados africanos, por iniciativa de Ghana e da Guiné, aprovaram um plano para a intervenção militar na Rodesia. Segundo o jornal tunisino «Jeune Afrique» um comitê estratégico militar, integrado por Ghana, Etiopia e pela Nigeria teria já pedido às Republicas de Zambia e do Malawi que pusessem o seu território à disposição da força africana a constituir. O presidente Kaunda, de Zambia, teria acolhido favorávelmente o pedido.

Convidado a participar dos debates do Conselho de Segurança sôbre a gravissima situação criada pelos racistas de Ian Smith, o governo português respondeu negativamente. Não quis explicar o seu voto na Assembléia Geral.

UM PAIS QUE ENVELHECE

O ministro da Saúde de Salazar, sr. Neto de Carvalho, é um homem que deve pouco à inteligência, na boa tradição dos colaboradores obtusos tão ao gosto do velho ditador. Discursando recentemente em Viseu na inauguração de um dispensário infantil, rejubilou-se com um fato que, em qualquer país progressista, seria olhado como indicio alarmante: o envelhecimento da população. E citou alegremente as últimas estatísticas para corrobrar a sua afirmação. Em 1900 43,21% dos portugueses tinham menos de 20 anos e apenas 9,77% mais de 60. Hoje, mais de 11,73% da população é constituida de sexagenários e a percentagem de jovens com menos de 20 anos desceu para 37,5%. Tira desses números o sr. Carvalho a conclusão errada de que se vive mais e isso graças às excelencias da política assistencial do govêrno de Salazar. Infelizmente, não é o que acontece. Se esse luminar do govêrno fascista tivesse um conhecimento elementar do grave problema que abordou faria uma descoberta que o deixaria aterrado: em circunstâncias normais, a alta taxa de natalidade do povo português deveria ter provado uma elevação sensível do número de jovens. Aliás, a redução da taxa de mortalide é insignificante. Lógicamente ao longo de um periodo em que a população do País aumentou de um terço, passando de 6 para 9 milhões de habitantes deveriamos ter assistido a um rejuvenescimento. Ora o que se verifica é o contrário: um envelhecimento acentuado da população. Porquê? Consulte o sr. Carvalho as estatísticas relativas à emigração e descobrirá então a verdadeira razão desse triste fenômeno que tanto o desvanece. São os jovens que partem para o estrangeiro, fugindo do «paraiso» salazarista. O exodo assume proporções assustadoras. A emigração priva Portugal da sua maior riqueza, da sua força produtiva essencial: a juventude. Não são os velhos que vivem mais; são os moços que recusam a perspectiva de vida que o fascismo lhes oferece.

ESPECULAÇÃO IMOBILIARIA

A especulação imobiliária em Lisboa e no Porto prossegue cada vez mais desenfreada, sob os olhares benevolentes do governo que nada faz para lhe pôr cobro. Apesar da tão cantada estabilidade da moeda, as rendas de casa continuam a subir, destacando-se Portugal hoje na Europa pelo triste privilégio de ser o País onde os alugueis são mais altos, proporcionalmente ao nivel dos salários. Aliás, os preços elevadissimos das rendas de casa surgem como resultante inevitável da politica governamental em relação ao setor da construção civil. Pelo preço a que são vendidos os terrenos, as rendas não podem deixar de ser proibitivas para as magras bolsas populares. As autoridades apontam o caminho.

Para conhecimento dos nossos leitores do Brasil, que já acham caros terrenos que aqui se vendem a 15 e 20 mil cruzeiros o metro quadrado, vale a pena informar que na encosta do Restelo, arrabalde de Lisboa, o preço do metro quadrado é, pelo menos dez vezes superior. Recentemente na Rua Tristão Vaz foram à praça cinco lotes, sendo a base de licitação de 3.400 escudos o metro quadrado. Pois os tres ultimos foram adquiridos por 7.990 escudos o metro quadrado (mais de 600.000 cruzeiros o metro) após disputadissimo leilão. Quer dizer, antes mesmo de serem abertos os alicerces a casa ou predio a edificar ali já custou uma quantia da ordem dos 400 milhões de cruzeiros... O governo de Salazar, que realiza lucros fabulosos nessas transações, em vez de as reprimir, incentiva-as. E a vitima de tais negociatas é, evidentemente, o povo.

A "AMIZADE" ALEMA

O eixo Bonn-Lisboa apresenta-se cada vez mais sólido. Os politicos e os militares germano-ocidentais têm fundadas razões para considerarem Salazar o seu melhor aliado. Portugal está-se convertendo rápidamente num quintal do imperialismo alemão. No Continente e nas colónias o assalto às riquezas do povo portugues e dos povos de Angola e de Moçambique prossegue, sendo impressionante o ritmo da instalação dos grandes monopolios alemães com o grupo Krupp à cabeça. A amizade entre os governos de Salazar e Ehrard é, bem entendido, cantada em todos os tons pela imprensa alemã. A televisão segue o mesmo caminho. A sua ultima iniciativa foi o envio a Lisboa de uma numerosa equipe de jornalistas e tecnicos, com a missão de fazer uma grande reportagem sobre "as actividades que se ligam com a colaboração de Portugal na OTAN. Do programa dessa equipe fazem parte entrevistas com os ministros da Defesa e dos Negócios Estrangeiros e um documentário sobre "o novo exercito portugues, temperado nas batalhas africanas". O chefe dessa embaixada itinerante é o sr. Michsel Dumburg, nada menos do que o diretor da divisão politica da televisão alemã...

DEPUTADOS POR GOAH...

As "eleições" de 7 de Novembro, ao lado dos seus aspectos odiosos, tiveram tambem a sua faceta humoristica. A circunstancia de concorrerem às urnas candidatos pelo chamado Estado da India serviu, por exemplo, de tema a numerosas anedoctas. Contudo, essa palhaçada foi levada tão a sério pelas autoridades fascistas que o Ministerio do Ultramar chegou ao extremo de emitir um despacho estabelecendo preceitos a observar na constituição e funcionamento da assembleia de apuramento da "eleição dos deputados pelo circulo do Estado da India".

HIPOCRISIA

De principio a fim, a arenga pronunciada por Salazar através da televisão, no dia 5 de Novembro pode considerar-se uma obra prima de hipocrisia. Nesse campo, sim, o seráfico mestre de Santa Comba é grande, inimitável. Foi hipócrita ao aludir à campanha da oposição democrática. hipócrita ao criticá-la por não ter indicado "problemas a discutir nas sessões parlamentares" (sic), hipócrita ao aludir à grande difusão que a imprensa controlada pela censura teria dado aos documentos oficiais da campanha oposicionista. Mas a sua hipocrisia atingiu requintes próprios de um espirito fradesco quando, quebrando pela primeira vez a cortina de silencio descida sobre o covarde assassinio do general Humberto Delgado, teve o descaro de prestar homenagem à memória do ex-candidato à Presidencia da Republica, reconhecendo-lhe a "inteligencia, o dinamismo e a honestidade natural", para, logo a seguir, depois de o apontar como "genio da agitação" pretender enxovalhar-lhe a honra e a dignidade de patriota insinuando que na aventura em que encontrou a morte o general regressava a Portugal para se "entregar às autoridades e **dizer tudo**." E levou o seu cinismo ao ponto de afirmar que "se as autoridades espanholas conseguirem descobrir as circunstancias do crime até os ultimos pormenores, bem possivel virmos ainda a saber por outros o que seguramente nos confessaria a nós". Melhor do que ninguem sabe o decrepito ditador fascista que as autoridades espanholas, embora hoje saibam efetivamente como, quando e onde o odioso crime politico foi perpetrado não estão em condições de revelar a respeito seja o que fôr, ou não se tivessem tornado elas próprias cumplices da trama sinistra.

Chega-nos a informação de que essa amostra de humor negro do chefe supremo da PIDE suscitou uma onda de indignação em Portugal. Salazar pode ainda permitir-se fazer espirito em torno dos crimes que ordena e tentar enlamear a memória de um patriota como Humberto Delgado. Mas esquece que aquilo que promete humoristicamente — a apuração dos fatos ligados ao crime — é uma tarefa que os democratas portugueses se impuseram e que acabarão por levar a bom termo. Pode estar certo o carrasco de São Bento que, mais cedo ou mais tarde, se fará luz em torno do asassinio e que tanto os executantes da PIDE como ele, autor intelectual e mandante do mesmo, terão de prestar contas ao povo do ato abjeto que agora lhe serve para tema de recreação.

CONSELHO DE SEGURANÇA VOTA EMBARGO DE ARMAS A PORTUGAL

NOVA YORK — (Do Correspondente) — O fascismo salazarista acaba de sofrer nova derrota nas Nações Unidas com a aprovação, no dia 23 de Novembro pelo Conselho de Segurança de um projeto de resolução afro-asiático pedindo aos países membros da organização internacional que não vendam armas a Portugal e se abstenham de ajudar o governo de Lisboa na repressão às populações das colonias de Angola, Moçambique e Guiné. O projeto foi aprovado por sete votos e quatro abstenções: Estados Unidos, Inglaterra, França e Holanda. O texto especifica que a situação nas colonias portuguesas "constitui seria ameaça para a paz e a segurança internacionais".

Uma moção, apoiada pela União Sovietica, que sugeria a inclusão no texto de um apelo para o boicote mundial ao comércio português foi rejeitada em consequência da oposição frontal dos Estados Unidos e da Inglaterra.

PORTUGAL EXPULSO DA ORGANIZAÇÃO AFRICANA DO CAFE'

A Organização Interafricana do Café decidiu em sua assembléia anual, realizada em París no dia 26 de Novembro, expulsar Portugal.

Em comunicado publicado a esse respeito, a Organização informa que a medida foi tomada de acôrdo com os estatutos, segundo os quais «unicamente os países produtores de café da Africa e das ilhas vizinhas no Continente «podem fazer parte dela.

Trata-se de um rude golpe para o fascismo português que, até agora, na sua qualidade de membro da Organização participava dos debates entre os países africanos a respeito de importantes questões relacionadas com a política de preços do café, fixação de cotas, etc.

Católicos Contra o Fascismo

Referimo-nos em nosso ultimo numero a um manifesto em que um grupo de que fazem parte destacadas figuras do pensamento catolico portugues definiu a sua posição perante o "acto eleitoral" de 7 de Novembro. Jornal de unidade, **Portugal Democratico** transcreve abaixo para conhecimento dos seus leitores algumas passagens daquele importante documento, congratulando-se pelo facto de um setor extremamente ponderavel do movimento católico exprimir publica e corajosamente a sua oposição ao fascismo.

Não concordamos, evidentemente, com muitas das posições dos 101 signatários, mas é com satisfação que registramos a tendencia dos catolicos portugueses para assumirem um papel cada vez mais activo na luta patriotica contra o fascismo salazarista.

O ÓDIO À ONU

"Sentem os signatários e julgam ainda para esse facto dever chamar a atenção do País que o ódio à ONU, organização em que têm assento quase todas as nações do mundo e que, portanto, mais não exprime do que a vondade da maioria dessas nações, é ainda o ódio ao estrangeiro, ao outro, visto como inimigo e rival, e não como semelhante e próximo. Ao votar a um sistemático desprezo, que a todo o custo se procura insuflar na mentalidade da população a Organização das Nações Unidas, procura-se identificá-la com um poder maléfico que tentasse arrastar para o caos a opinião mundial: cumpre-nos lembrar que essa atitude resulta fundamentalmente da preocupação em diminuir o alcance das condenações que vimos sofrendo nesse organismo, além de constituir desprezo pelas outras nações característico de um nacionalismo condenável e condenado

Assim, internacionalmente, nesta era de convergência universal, o Governo arrasta-nos para o isolamento, em que já nem sequer a vizinha Espanha nos faz companhia, em que quase só podemos contar com as potências racistas do Sul da Africa. No supracitado documento, a União Nacional afirma que, no que respeita ao nosso interesse e á nossa honra, "nós é que sabemos". Justamente repudiamos esta auto-suficiência que mais não é do que o sintoma apontado por Paulo VI de um nacionalismo apodado pelo Vigário de Cristo de "inimigo numero um da fraternidade internacional".

Há ainda quem argumente com o conflito existente entre o interesse do País e as recomendações da Igreja. Cabe-nos lembrar que, quando o Papa actua "como perito em humanidade" e quando se coloca no plano espiritual em que as suas afirmações se inserem, não há conflito possível entre as exortações que dele nos vêm e as orientações de uma política. Seguindo aquelas não duvidamos que é o verdadeiro interesse nacional que estamos servindo, por assim procurarmos identificar e praticar a vontade do "Deus Vivo, Pai de Todos os homens" (Paulo VI, discurso á Assembleia Geral da ONU)."

UNIDADE NACIONAL...

"Que é perguntamos, a unidade nacional? A que resulta da imposição da exclusiva perspectiva oficial? Ou a resultante de um debate livre, sério e amplo entre todos os ultramarinos e metropolitanos seja qual for o seu ponto de vista cor ou posição económica ou social? Julgamos que a resposta não oferece duvidas. Acrescentamos que a vontade colectiva não se determina válidamente pela força, nem a nacionalidade verdadeiramente se impõe.

Mas, se o Governo se crê convictamente portador da solução propugnada pela grande maioria dos portugueses, porque não abre com serenidade o diálogo a que se nega? Porque se recusa a confrontar a dialogar, e responde com a afirmação do ódio, o insulto e a repressão aos que ousam expôr soluções diversas?

Sem condições de formação livre e espontanea da vontade nacional, não pode falar-se em Nação como realidade organica e viva. Se essas condições não existem, então é porque se decidiu arbitrariamente excluir da Nação aqueles que a uma parte dela não convêm, é porque a Nação deixou de ser de todos para ser apenas de alguns. Insiste o Govêrno no testemunho dado pelo sangue e pelo sacrificio de milhares de jovens que no Ultramar combatem. E' exactamente por isso, porque o sacrificio desses jóvens merece indubitávelmente o respeito de todos, que perguntamos: acaso sabemos o que a juventude efectivamente pensa? Porque se não pode ela exprimir com plena liberdade e os mais que justificados direitos de quem arrisca a vida ou a vai arriscar?

Seria ainda necessário falar do inegavel facto de uma guerra que se porventura se não perde, também se não vence; da revolta que apesar dos apoios externos, não é inteiramente fruto do estrangeiro; das possibilidades que se não deram às populações de livre e ordeiramente exporem os seus pontos de vista, empurrando-as assim para a violência; dos estrangulamentos impostos ao Ultramar por uma excessiva centralização metropolitana; do que se não tem feito no tempo ganho à História pelo sacrifício dos soldados portugueses; dos estudos especializados que estes factos exigem, que não estão feitos, nem parece que livremente se pudessem publicar.

Argumenta-se com a integração racial. Mas não será insólito que entre os que apoiam a política seguida, se encontrem as minorias racistas que, entre nós, publicamente se afirmaram como tal ao tempo da segunda grande guerra? E porque surgem a apoiá-la a Rodésia e a Africa do Sul, que hoje sustentam a aplicação integral desse mesmo racismo? Porque não há na Guiné, em Angola e Moçambique, um unico bispo africano, apesar de termos sido nós os primeiros a elevar um autóctone a essa dignidade?

Argumenta-se com o Brasil. Mas acaso seguiram os governantes de então a política dos de agora? Teriam sido afinal todos eles traidores á Pátria? Porque se insiste num exemplo que, á face da política governamental, seria antes razão de opróbrio e de vergonha?

Falam-nos de Goa. Mas qual o resultado da politica ultramarina do Estado Novo para a presença portuguesa em Goa? Porque se recusou sempre o Governo a encarar outras soluções que poderiam garantir a permanência dos laços culturais e espirituais que nos ligam a esse território?

Argumenta-se com os males da cedência e da negociação. Porque se não reconhece que há uma variedade de soluções que fogem (e sem cair no neo-colonialismo) ao esquema simplista de dois extremismos totais, soluções que, aliás, estão na nossa tradição ultramarina? Os signatários sentem imperiosamente a responsabilidade de afirmar que se a solução vier a ser um trágico extremismo radicalmente antiportuguês, ela terá sido a lógica consequência de um outro extremismo anterior, do ódio gerador de outros ódios."

ROMA CONTRA O COLONIALISMO

Ao dizê-lo, como ao colocar as interrogações que acima se lêem, estão os signatários conscientes de mais não fazer ainda do que levantar, a si próprios e a todos os portugueses a quem as suas palavras possam chegar, para além das soluções políticas de pormenor, um problema moral e cívico inadiável.

Estão aida conscientes de que são suportados nessa atitude pela palavra libertadora da Igreja, que sempre recusou o monolitismo simplista que nos tentam impor. Já em 1957, na Encíclica "Fidel Donum" o Papa Pio XII afirmava o pensamento católico sobre o direito dos povos disporem de si próprios nestes termos inilucíveis: "A Igreja que durante séculos já viu nascer e crescer tantas nações não pode deixar de ter hoje em dia particular atenção ao acesso de novos povos ás responsabilidades da liberdade politica. Já várias vezes convidámos os interessados a proceder nesta via segundo um espírito de paz e de recíproca compreensão. Que uma liberdade política justa e progressiva não seja recusada aos povos que a ela aspiram e que não se lhes levantem obstáculos""

Por seu lado, João XXIII felicita-se na Mensagem aos Fiéis de Africa, de 5 de Julho de 1960, pela "progresiva realização do acesso á soberania desses povos". "A Igreja rejubila — diz ainda — e confia na vontade desses jovens Estados de assumirem o lugar que lhes cabe no concerto das Nações". O mesmo Papa viria a afirmar na Encíclica "Pacem in Terris" que "cada povo tem direito á existência, ao desenvolvimento, á posse dos recursos necessários para realizá-lo e a ser o principal responsável na actuação do mesmo". Simultâneamente, regista que "as pessoas de qualquer parte do Mundo são hoje cidadãos de um Estado autónomo ou estão para o ser. Hoje, comunidade nenhuma de nenhuma raça quer estar sujeita ao domínio de outrem".

PERSEGUIÇÃO DE SACERDOTES NEGROS

"Não podemos também deixar de referir as medidas tomadas contra missionários e contra sacerdotes negros que em Angola exerciam o seu ministério, medidas que incluiram a prisão e o exílio. Perante elas temos o dever e o direito de protestar. Esse dever e esse direito nos assistem ainda quando protestamos contra a repressão exercida sobre aqueles católicos portugueses — leigos, sacerdotes e até bispos — que se manifestaram contra este ou aquele ponto da política do Estado Novo. Não esquecemos o Bispo do Porto. Lembramos as declarações do Bispo da Beira: "A doutrina sobre a dignidade da pessoa humana reveste-se hoje de uma excepcional importância que corresponde aos sinais dos tempos. E' ela que pode servir de base para se proclamarem e se reivindicarem os direitos dos homens á liberdade política e social. O esquema deveria condenar os regimes que oprimem os cidadãos quando estão em desacordo com a ordem política, económica ou social existente, ou mesmo quando se recusam a considerar esta ordem como a melhor possível". (Intervenção na IV sessão do Concílio Vaticano II)."

UMA PALAVRA À PIDE...

"Uma última palavra: não desconhecem os signatários os riscos a que se expõem ao subscrever este documento. Muitos deles fizeram já a experiência dos interrogatórios da P.I.D.E., dos processos judiciais dos entraves ou impedimentos no acesso a lugares públicos e a empregos particulares, das buscas domiciliárias, da vigilância e repressão policial.

Entendem, contudo, afirmar que ao referirem-se a esses tratamentos os invocam como participação, ainda que modesta, no grande sofrimento comum do Povo Português. Por isso mesmo, intervieram como católicos, dando testemunho da sua presença junto de todos aqueles que em terra portuguesa têm fome e sede de justiça.

Assim correspondem ao apelo que Paulo VI endereçou áqueles países "em que os irmãos atentam contra a vida dos irmãos, em que o sangue humano corre, em que se crê ainda que opressão, a vingança e a guerra são instrumentos de ordem e de paz, em que os responsáveis pela vida dos povos decidem da sorte da história presente, em que aqueles que forjam as ideias e amoldam a opinião pública orientam a alma das Nações" (alocução de 1 de Janeiro de 1965)."

UM COMENTARIO DE "A VERDADE"

A imprensa clandestina da oposição democrática vem assinalando com satisfação a tomada de posição dos católicos contra o fascismo. Quando, o Movimento Cristão de Acção Democrática tornou público o seu manifesto ao País, o jornal "A Verdade", orgão da Junta Central de Acção Patriotica da F.P.L.N., dedicou ao importante acontecimento o seguinte comentário:

"Tomando cada vez maior consciência sobre o carácter fascista do regime que oprime e escraviza o povo português e os povos das colónias, os católicos nacionais, serios e honestos, que são a esmagadora maioria, vão-se separando da hierarquia da Igreja que, na sua quase totalidade, está enfeudada ao salazarismo, e afrontando os riscos que a sua posição comporta, aproximam-se mais e mais das outras forças anti-fascistas.

Este fenómeno só confirma e reforça o isolamento do governo de Salazar e abre maiores perspectivas às forças democráticas no caminho da solução do problema político português.

Em Maio passado o "Movimento Cristão de Acção Democrática" tornou público o seu aparecimento na cena política nacional e definiu os seus principios de acção através dum **"Manifesto ao País"** com o título **"Cristianismo e Política Nacional"** do qual transcrevemos os seguintes períodos:

"Nós católicos, conscientes da doutrina que servimos e pretendemos viver não podemos aceitar a continuação indefinida duma situação de força. **Temos o direito de exigir e o dever de lutar por um esclarecimento da vida pública portuguesa. E consideramos um insulto à nação afirmar-se como definitivo um regime assente na força, na negação dos direitos do homem, e na supressão da liberdade de pensamento e de informação.** Sentimo-nos diminuidos como povo por nos ser negada em pleno século XX a possibilidade de uma vida constitucional. Vivemos um regime do passado, com ideias mortas, à margem da cultura, da ética e das exigências do nosso tempo. **Um cristão não pode ser retrógrado nem aceitar o sofisma grosseiro de uma ditadura oligárquica que busca dia a dia a sua justificação no anti-comunismo** A situação social portuguêsa é anti-cristã. As estruturas da económia nacional assentes na plutocracia e na formação de capital à custa do baixo nível de vida das classes trabalhadoras, representam um compromisso de êxito duvidoso entre as formas de expansão capitalista-industrial do século XIX e o dirigismo planificador do Estado moderno. A forma de desenvolvimento, que consciente ou inconscientemente se adoptou entre nós não é justa nem adequada à sociedade portuguesa, nem representa a linha de melhor aplicação da técnica económica dos nossos dias.

"... O cristão é um homem que deve dar testemunho da verdade. E' no cumprimento desse dever que surgimos na vida pública portuguesa e que chamamos todos os católicos conscientes do país à acção de espírito e consciência que possa conduzir a nossa terra a um destino mais claro, mais verdadeiro e mais alto."

Monarquicos Condenam Guerra Colonial

Até os setores tradicionais mais conservadores da sociedade portuguesa se afastam de Salazar. Tal é a lição a tirar do Manifesto que o Movimento Monárquico Independente tornou público no dia 3 de Novembro, as vésperas da "consulta" eleitoral promovida pelo fascismo. Dêsse longo documento assinado pelos srs. Fernando Amado, Jorge Portugal da Silveira, João Teixeira, Alberto Abranches, Rodrigo da Costa Feliz e Gonçalo Ribeiro Telles, reproduzimos, abaixo, alguns trechos que marcam a oposição de muitos monárquicos à guerra colonial e ao fascismo.

"Dentro da tradição democrática da monarquia portuguêsa, o Movimento nega que seja virtude governativa a continuidade que não assentar na vontade comum a qual só pode nascer da plena informação e da livre discussão dos problemas. Nega os beneficios da autoridade que se não fundar no consenso geral, livre e conscientemente inspirado na confiança que só a informação verdadeira e plena pode validamente criar. A continuidade e a autoridade que assentam no hermetismo da acção politica, na fôrça das policias, no jogo dos interesses supostos na teia dos receios infundados, na impotência das comunidades oprimidas e das estruturas desarticuladas, não são condições de vida social porque são a imobilidade e a asfixia das sociedades: só podem conduzir á morte, á desintregação e ao caos.

Nega, por isso, o Movimento, a legitimidade de processos de Govêrno e administração de que resulte o estrangeiro ser mais informado que os Portugueses, sôbre Portugal, serem expostos ao estrangeiro os pontos de vista do Govêrno português antes de serem enunciados em Portugal, serem os estrangeiros beneficiados em relação aos Portugueses na discussão dos problemas de Portugal e serem os Portugueses impedidos de exprimirem o que pensam e o que desejam de e para Portugal."

CONTRA A GUERRA

"Orgulha-se o Movimento, por alguns dos seus mais jovens dirigentes terem sabido dar testemunho, na guerra, do sacrificio comum á sua geração.

Contudo em Africa, prossegue-se em sucessivas guerras, que, tôdas, quando terminam, recomeçam por nada se ter feito para modificar as condições que lhes tinham dado origem.

Novos varões assinalados, se vão da lei da morte libertando com obras valorosas, não para edificar novos Reinos, nem para dilatar a Fé e o Império, nem para devassar novas terras, antes com fins vãos, enunciados em sonoras frases sem sentido, que pode suspeitar-se encobrirem apenas um objectivo: a proteção de interêsses acidentais, momentâneos, de caráter financeiro (alguns económicamente ruinosos) que, directa ou indirectamente foram as causas imediatas da situação presente.

A não ser que se identifique o interêsse nacional com a manutenção das condições actuais de guerra perene, e incompreensível que não se procure estirpar as causas da contínua renovação dela,, que se protejam tenazmente os interesses que lhe deram origem e que nada se faça para constituir, com autenticidade, comunidades capazes de algum dia, escolherem o seu caminho, não por terem sido abandonadas, mas por terem atingido a efectiva maturidade.

Mantido na ignorância do que se passou em Goa, sem saber porque se cumpriu o ultimato do Dahomey em São Baptista de Ajudá, desconhecendo quando e como eclodiram as revoltas ,surprendido pelo insólito facto de noticias confusas da Guiné e de Moçambique serem vagamente confirmadas pelo Chefe do Govêrno, pouco depois de terem sido solenemente desmentidas pelos órgãos ultramarinos do mesmo Govêrno, o povo português tem o direito de ser informado sôbre o passado, elucidado sôbre o futuro e esclarecido sôbre o presente. E também o direito de exigir do Govêrno — do actual ou de qualquer outro — que analise com seriedade a situação, que a resolva modificando as circunstâncias e que abandone o imobilismo ideológico e administrativo que mantém a crise ameaçadora não só para a presença de Portugal em África, mas até para a permanência da cultura que pelos portugueses foi transmitida aos povos africanos."

APOIO À OPOSIÇÃO REPUBLICANA

Sem que represente apoio colectivo ,nem plena concordância, o Movimento Monárquico Independente não pode deixar de prestar, sem mais reservas, as suas homenagens á verdade e firmeza com que a Oposição Republicana apresentou, num Manifesto ao País, os seus pontos de vista. Embora não concordando com algumas das opiniões nêle enunciadas, os signatários honram-se de ter como adversários homens capazes de expor com tão grande dignidade, sem olhar a consequências, as posições que defendem.

A dignidade republicana é aliás realçada pelo contraste com o manifesto da União Nacional do qual apenas transparece com clareza a mórbida, malévola e deselegante satisfação relativamente aos dissabores sofridos pelos politicos da oposição e o condenável desejo de colocar os problemas no plano emocional, a fim de enlear os espiritos em confusão impedir uma critica serena, desencadear as paixões e favorecer o clima de exaltação irracional, criando condições impróprias ao são desenvolvimento da opinião pública e contrárias á unidade nacional.

O Movimento Monárquico Independente, congratula-se com o facto de a causa monárquica ter imposto aos eleitores monárquicos do circulo de Lisboa a estricta obrigação moral de se absterem, visto por um lado, não poderem confundir-se os principios com as pessoas, e, por outro lado não ter apresentado a sua candidatura, por êste circulo, nenhum monárquico cuja fidelidade ao Rei, possa merecer alguma espécie de confiança, sendo certo que nenhum dos candidatos, em qualquer tempo, considerou a restauração do poder real como condição necessária e prévia do processo de ressurgimento português."

A Obra de Salazar Retratada no Manifesto da Oposição de Braga

São já conhecidas dos nossos leitores as circunstâncias em que os candidatos da oposição democrática pelo circulo de Braga desistiram no último instante de comparecer à farsa eleitoral de 7 de Novembro p. p., depois de haverem mantido as suas candidaturas quando se verificou a retirada dos seus companheiros de Lisboa, Porto, Viseu e Leiria.

Num documento tornado público nas vésperas da "eleição", os democratas de Braga historiaram minuciosamente o que foi a sua odisseia durante o MÊS DA LIBERDADE oferecido pelo fascismo. Citamos resumidamente algumas das muitas provocações e arbitrariedades que os atingiram: no dia 1 de Outubro, o governador Civil de Braga declarou a inelegibilidade de dois candidatos, rejeitando a lista; no dia 21, o presidente da Câmara de Braga indeferiu o pedido de cedência do Estadio Municipal; no dia 22, o governador Civil referendou essa recusa e um diário bracarense, pressionado, não publicou as entrevistas de dois candidatos democratas que lhe haviam sido concedidas; no dia 25, foi roubada a tabuleta da sede dos serviços das candidaturas oposicionistas; no dia 26, o empresário do Teatro Circo de Braga informou não dispor de datas livres para cedência das suas instalações aos candidatos da oposição democratica; no dia 27, um agente da PIDE apreendeu 322 cartazes da propaganda oposicionista e malograram as diligencias para a utilização do Estadio Municipal de Guimarães para um comício oposicionista; no dia 28 a PIDE deteve, sob a acusação de "elemento subversivo" um dos mais destacados membros da Comissão de Apoio à lista democrática de Braga, LUIS FERNANDES, quando este encomendava numa litografia cartazes para a propaganda dos candidatos; no dia 29 foi retirada dos serviços de candidatura uma nova tabuleta e a imprensa local continuou a não publicar os comunicados oposicionistas; no dia 30, isto é poucos dias antes da data das "eleições" a Papelaria Fernandes informou que não tinha papel igual ao que fornecera à União Nacional pelo que só poderá atender a encomenda das listas dentro de 20 ou 30 dias...

Embora já tenha decorrido mais de um mês sôbre a data em que se consumou a comédia "eleitoral", publicamos abaixo algumas das passagens mais expressivas do Manifesto que os democratas de Braga dirigiram ao País no dia 1 de outubro pois as mesmas nada perderam de sua actualidade: são factos e números sôbre o fascismo.

MOBILISMO POLÍTICO

"E' bem verdade que, durante os últimos 40 anos tudo se processou nas antipodas destas coordenadas. Dentro de uma linha de orientação lógica da sua actividade reaccionária, o Govêrno desentranha-se em auto-elogios à sua política das "pedras mortas". Como nunca recebeu o apoio dos intelectuais, apesar de ter criado o SNI, departamento de compra por grosso e a retalho dos que se querem vender para servir com o "S" lógicamente colocado sôbre a barriga, tentou de entregar às "pedras mortas" o seu testamento político.

E surgem escolas sem professores, hospitais sem médicos, estádios sem atletas, palácios da justiça muito sumptuosos, para julgar pedintes, bairros de cartaz em que enchem a boca e a Televisão quando, segundo o recenseamento de 1950 em cada mil, habitações 670 não tinham electricidade, 840 não tinham água, 670 não tinham fossa nem esgotos, 910 não tinham casas de banho, subindo este número para 990 no conjunto das habitações rurais, vivendo (?) em Lisboa 11.000 famílias em alojamentos impróprios para seres humanos (Inventário de prédios e Agosto de 1960).

Obra de fachada, apenas de fachada. Obra sem estruturas humanas de qualquer ordem. A preocupação dominante é embrutecer e estupidificar, e o exemplo mais significativo é o da educação no nosso País.

Não há professores e o recrutamento dos eventuais (em enorme maioria) enferma de todos os vícios. Os quadros em todos os ramos do ensino são exíguos. Não há liceus e escolas que comportem a massa escolar. As turmas têm um número excessivo de alunos e há estabelecimentos de ensino a funcionar em dois turnos diários.

Efectivamente, extraordinário Governo é este que não tem professores, expulsa do ensino os melhores e força ao exílio aqueles que, através do seu saber e prestígio mais dignificam a Pátria, substituindo-os nas Universidades, nos Liceu e nas escolas por um "ershatz" que está na base de generosa, lúcida e patriótica acção dos estudantes por uma Universidade digna deste nome e por uma escola onde se forjem homens aptos para servir o País.

Dentre muitos exemplos da falta de previsão governativa — o pior defeito que se pode assacar a um governo — este do ensino é um dos mais notórios. Aliás, os erros provocados por imobilismo político do Governo de Salazar estão a vir ao de cima numa cadência assustadora mas plenamente justificada pela estrutura fossilizada do regime. Nenhum ministro ousou durante este fastidioso consulado a enfrentar a reforma do ensino desde a instrução primária à Universidade por duas razões fundamentais: incapacidade evidente para o situar no nosso tempo e dotação orçamental que possibilitasse essa reforma e o exercício digno dum Magistério.

Por isto verificamos que a presidir a este autêntico caos estão os programas em grande parte ultrapassados, cheios de soluções de continuidade e de desajustes entre as várias disciplinas.

Pode, no entanto, aos olhos desprevenidos de quem se compraz com as fachadas, ou aos ouvidos incautos dos que são adormecidos pelos repetidores radiofónicos, admitir-se que o regime alguma coisa planificou e realizou de perdurável no campo, do ensino. Nada mais falso. O plano, se o houve, esteve sempre ligado às "pedras mortas" e mesmo assim foi determinado pelo desejo de promoção social das populações que forçaram o governo à construção de edifícios escolares, inserindo-se toda esta azáfama na justa apreciação de que "as aspirações dos povos à educação aparecem como uma onda imensa que enche e ameaça desfazer-se e tudo destrói à passagem se não se procura canalizá-la a tempo para irrigar racionalmente as vastas terras que ela deve fecundar". (René Maheu — Diretor-Geral da Unesco, Julho de 1965).

ENSINO

Em Portugal a vaga cresce, as escolas transbordam, os resultados escolares são ridículos. "No ensino primário, de 1946 a 1962, escreve o dr. Mário des Vasconcelos e Sá, em "O Primeiro de Janeiro", sob o título "O baixo nível do nosso ensino" a média dos alunos que concluiram com aproveitamento foi de 22,2 por cento, em relação aos matriculados havendo a registrar o facto de a frequência ter passado de 593.042, em 1946, para 954.837, em 1962 — quase o dobro.

75% dos jovens de 10 a 11 anos não passam da instrução primária, que em muitos países vai até aos 16 e 18. Nestas condições só 25% se matriculam no Ensino Secundário, onde, dêstes, só 20% concluem o curso".

— Elucida a seguir que o aproveitamento no ensino liceal foi de 21,5% em 1946, e de 28% em 1962 e no ensino técnico de 4,3%, em 1946, e 17% em 1962...

Mais adiante esclarece: "Os liceus do Continente e Ilhas exigem hoje mil e oitocentos professores, isto é, três vezes mais do que o número dos professores efectivos actuais. Para o ensino técnico são precisos cinco mil e quinhentos professores, cerca de 5 vezes mais do que os professores do quadro, que são mil e duzentos".

Perante tais números, impõe-se que formulemos a pergunta que grita em todas as bocas:

Por que tão fraco aproveitamento escolar?

Em certa medida justifica-se pela inexistência de quadros estáveis nos liceus e escolas técnicas, mas temos também de procurar a justificação para tão severos números nas condições sócio-económicas dos agregados familiares, principalmente no que se refere aos alunos de instrução primária e das escolas técnicas.

No nosso distrito, tais condições podem apresentar-se sucintamente a partir de duas fontes insuspeitas. Em primeiro lugar a partir dos dados fornecidos pelo dr. José de Almeida Soares — Médico Sanitarista, num trabalho apresentado no Seminário do Desenvolvimento comunitário realizado nesta cidade em Outubro do ano passado. Escreve aquele médico: "...em 1948, tive ocasião de enviar o relatório à Junta Central das Casas do Povo sôbre as graves deficiências alimentares verificadas na região, com as consequências deletérias na Fisiologia Humana e as suas repercussões nefastas na produtividade do trabalho, particularmente o agrícola. E em cálculo, transposto para o distrito, eu estimava posteriormente um "deficit" de trabalho de 23 mil contos, como resultado da *insuficiência alimentar qualitativa das gentes rurais*. (O sublinhado é nosso). Reportando-se à actualidade, refere-se às condições humanas e ambienciais cujos indicadores traduzem real estagnação, quando não autêntico retrocesso no desenvolvimento e progresso desta região". Cita como índices, a elevada densidade populacional — 218,6 —, a mais levada depois de Lisboa, Porto e Funchal; a elevada natalidade — 35,12 — a mais alta do País; e elevada mortalidade infantil — 98,5 — das mais altas do País; o grande ascedente de vidas — 23,46 — o mais alto do País; a elevada população activa inscrita nas actividades primárias que, com excepção de Braga, Guimarães e Famalicão, atinge a cifra de 70%, aos quais 96.095 habitantes correspondem à Agricultura e à Pecuária; isto para não falar noutros índices económicos e em valores de infra-estruturas e de carência alimentar. Indica a seguir causas e consequências para este injustificável estado de coisas: situação precária do distrito no que se refere a escolas, habitações económicas e rurais água potável, electrificação e viação rural; alarmante quadro oferecido pela primeira infancia; anemias e baixa de proteinas totais no sangue das crianças primárias urbanas (25% das crianças atingidas na cidade de Braga), e a cirrose hepática cuja mortalidade específica é de trinta por cem mil — a taxa mais elevada depois de Aveiro. E conclui: "Tudo isto para rotular, infelizmente, o distrito de Braga de zona subdesenvolvida"...

A segunda fonte de que nos socorremos oferece-nos indicações ainda mais esclarecedoras na frieza brutal dos números publicados pela delegação de Saúde de Braga para o ano de 1963.

MORTALIDADE INFANTIL

Concelho de Guimarães — 49,80%; concelho de Esposende — 44,90%; concelho de Fafe — 35,60%; concelho de Famalição — 38,80%; concelho de Barcelos — 29,60%; índice da mortalidade infantil por mil nados-vivos; 87,8%; percentagem em relação ao numero total de óbitos: 35,50%.

E conclui: "As gastro-enterites, as broncopneumonias e as debilidades congénitas de vária ordem que são as três principais causas que determinam, no distrito de Braga, uma mortalidade infantil que nos atormenta (e que bem poderia já estar reduzida se existisse um melhor nível educativo da população, menos vícios e deficiências de alimentação e uma maior assistência materno-infantil).

Em 1963, das 18.474 crianças com menos de cinco anos falecidas no País, 2.484 correspondem ao distrito de Braga, ou seja 13,4% daquele total.

Para quê comentários? Só esta situação verdadeiramente catastrófica chegaria para derrubar um governo se vivessemos em regime democrático, pois um tal regime não poderia estrangular as vozes que impediriam tão criminosa situação".

APELO AOS LEITORES

Voltamos a dirigir-nos aos nossos amigos e leitores, renovando o apelo que fizemos no ultimo numero. "Portugal Democrático" atravessa uma situação dificilima, sem recursos para fazer face a um aumento continuo de despesas. Como tem acontecido em emergencias semelhantes esperamos que os democratas portugueses espalhados pelo mundo que acompanham há dez anos a vida desta tribuna anti-fascista nos auxiliem, enviando-nos contribuições extraordinárias. Por outro lado, pedimos a todos os assinantes cujas assinaturas estão prestes a terminar que nos remetam o mais breve possivel a importancia correspondente à renovação das mesmas para 1966.

Salazar na Imprensa Internacional

Cada quatro anos, o Presidente do Conselho Antonio de Oliveira Salazar apresenta a imagem de um Portugal democrático soprando o pó de cima de alguns "líderes" escolhidos da oposição e relaxando o contrôle da policia apenas por umas semanas, a fim de lhes permitir que disputem os 130 lugares da Assembléia Nacional.

Há algumas fendas na fachada. A Assembléia funciona apenas como carimbo de borracha. Os Candidatos da oposição são geralmente velhos fracos, sobreviventes de um regime desacreditado e ultrapassado há quatro décadas, e Salazar decide o que êles podem ou não dizer. (Proibido êste ano: qualquer menção de complicação nas provincias ultramarinas de Angola e Moçambique). Além disso estão proibidos de manter discussões politicas ou imprimir comunicados politicos de campanha, as suas palavras são censuradas e normalmente não encontram o seu nome nos cadernos eleitorais. E, em qualquer caso é a **Situação**, como se chama o regime de **Salazar**, que apura os votos.

FEUDO ARROGANTE

Quando Portugal foi às eleições esta semana, houve algo de novo. Não veio dos 34 candidatos da oposição, a maioria dos quais se afastaram muito antes do govêrno poder contar-lhes os votos. Na semana passada um grupo de 101 advogados católicos bem conhecidos aproveitou-se da relativa liberdade pré-eleitoral para se pronunciar contra a situação. Num "manifesto" amargo, publicado em todos os grandes matutinos, acusaram o regime, que, dizem, "grita que é católico" de "totalitário" que "sistematicamente ofende e viola a consciência cristã".

Foi uma acusação que soou terrivelmente verdadeira para muitos católicos portugueses, pois à parte a dureza do seu regime policial, Salazar tem mantido o seu govêrno num feudo petulante com o Vaticano. Certas passagens "subversivas" da **Mater et Magister**" do Papa João XXIII foram suprimidas por um regime que considera todos os papas desde Pio X liberais perigosos. A visita do Papa Paulo à India (que tomou a colonia portuguesa de Gôa) no ano passado foi apresentada e atacada oficialmente como "uma ofensa gratuita" contra Portugal. A viagem do Papa a Nova Iorque no mês passado foi censurada porque Salazar receava que isso prestigiasse as Nações Unidas odiadas em

(Conclui na pág. 7)

Em Luanda, como em outras cidades das "provincias ultramarinas", as autoridades fascistas organizaram manifestações de repudio aos candidatos da Oposição Democratica que se pronunciaram pela autodeterminação das colonias. A imagem acima, colhida durante o desfile montando na capital angolana, dá-nos uma ideia do que foram essas farsas de inspiração fascista. Este cortejo de lambretas, de que participa jovens mais ou menos transviados (a gasolina era de graça) teve pelo menos um mérito: os membros do desfile eram quase todos brancos, numa cidade em que a esmagadora maioria da população é constituida de negros. Como desmentido às teses da "integração", seria dificil apresentar prova mais concludente.

Pela amnistia e contra a repressão

ANTONIO GRAÇA DESAFIA O TRIBUNAL FASCISTA

Na esmagadora maioria dos casos o comportamento dos patriotas presos e torturados pela PIDE é exemplar . E a coragem de que dão mostras é tanto mais digna de respeito e admiração quanto, ao contrário do que o fascismo propala, os métodos da PIDE continuam a ser decalcados daqueles que a gestapo hitlerista tornou tristemente célebres.

Publicamos abaixo alguns trechos de depoimento que Antonio dos Santos Graça leu perante o tribunal que o condenou, documento impressionante em que depois de historiar o que lhe aconteceu o autor fez uma crítica demolidora do fascismo, desafiando os juizes de Salazar.

"Fui prêso no dia 31 de Março por cêrca de uma dezena de agentes da PIDE, que assaltaram a casa onde me encontrava (outros ficaram no exterior), os quais de pistolas apontadas, me tiraram tudo o que tinha nos bolsos, incluindo 1.673 escudos, que não me foram devolvidos, e algumas peças de vestuário.

Conduzido de mãos algemadas atrás das costas para a PIDE, fui metido num dos gabinetes de torturas, de onde só sai ao fim de 15 dias. Durante os primeiros 7 dias e noites fui impedido de dormir, ameaçado de morte frequentemente e selváticamente torturado com socos, pontapés e choques eléctricos (sim choques electricos; chegamos a isto — só comparável ao nazifascismo alemão!) Para reaver a carteira que me tinham tirado com o fim de me obrigarem a fazer "estátua", fui forçado a fazer greve de fome por três dias, durante os quais me sentei no chão, sendo constantemente agredido a sôco e pontapé, e picado com aguilhão eléctrico, o que produzia choques bastante potentes, com o que pretendiam fazer-me levantar — o que aliás não conseguiram — e obrigar-me assim a permanecer de pé, que seria também uma forma de tortura. Quase ao fim dos 7 dias, e quando me encontrava já em estado de delirio, provocado pelos socos e pelas outras torturas — creio que também por drogas que introduziram na comida e no copo de água — colaram-me a boca com adesivo e algemaram-me as mãos atrás das costas, para não poder gritar nem defender-me e cêrca de meia dúzia de agentes agrediram-me simultâneamente; e mesmo depois de estar estendido no chão continuaram ainda a dar-me pontapés e socos no estômago. Depois, nas quatro noites seguintes, porque já não tinham nenhuma forma de me manterem acordado, deixaram-me dormir.

Passados que foram êstes 15 dias, fui levado para um dos segredos do forte de Caxias. Tiraram-me os óculos e o colchão e cortaram-me o cabelo rente. O chão estava quase completamente coberto de água e as paredes sempre muito molhadas. A humidade era tal que uma peça de roupa deixada de vestir de um dia para o outro ficava completamente molhada; os fósforos deixados ao ar ao fim de poucas horas não acendiam e moscas e centopeias que lá estavam morriam ao fim de poucas horas. Como o segrêdo é um bloco de pedra subterrânea e como a luz estava sempre apagada, a escuridão era de tal modo que só ao fim de alguns dias comecei a poder distinguir as formas de alguns objectos. Só ao fim de 10 dias me devolveram os óculos e me entregaram uma toalha e cigarros, que faziam parte das coisas que me foram entregues por minha família quando eu ainda estava na PIDE. Só ao fim de 15 dias começaram a dar-me a alimentação normal da cadeia; até então davam-me apenas duas sopas e um pão por dia. Mas apesar do estado de debilitamento em que me encontrava, como resultado das torturas da PIDE, e que se agravou com êste regime, não podia dormir devido ao frio, à humidade e à falta de colchão, que só me foi dado ao fim de 25 dias (muito molhado), depois de um protesto que fiz para a PIDE. Mas a situação não melhorou porque continuava a fazer frio; a água não se evaporava porque a única abertura que havia era a vigia na porta, pouco maior que uma moeda, e dava para um corredor também subterrâneo. E foi nestas condições que permaneci 2 mêses e 6 dias. De lá só saí para duas ou três visitas de um quarto de hora, no "parlatório", com um agente da PIDE e um carcereiro entre mim e minha família, tendo sido tôdas as vezes que tive visita, previamente ameaçado pelo director da cadeia, de que ela seria imediatamente suspensa se tentasse dizer o que se tinha passado na PIDE e a situação em que me encontrava.

Passados os 2 mêses e 6 dias, fui novamente levado para os gabinetes de torturas da PIDE. Logo de começo fui impedido de dormir, durante 11 dias e noites seguidas, ao fim dos quais caí para o chão com uma sincope de sono; 3 ou 7 horas depois levantaram-me e impediram-me de dormir por mais 3 dias e 2 noites. Durante todo êste tempo fui frequentes vezes espancado, sendo algumas delas por vários agentes simultâneamente.

Fui depois levado para uma das celas do Aljube, onde permaneci 15 dias, voltando novamente à PIDE mas por pouco tempo. Metido novamente na cela, dois dias depois fui finalmente para uma sala onde se encontrava um outro companheiro a que se juntou o meu corajoso camarada Jorge Araújo que vinha da enfermaria, onde tinha estado isolado dos outros companheiros e com visitas cortadas, para que o não vissem — tal era o seu estado —, após ter sido selváticamente espancado no decorrer do "julgamento".

O que acabo de expôr dá uma idéia de como é feita a "instrução" dos processos pela PIDE e de quem são os indivíduos que me vêm acusar.

Recusei identificar-me, prestar declarações ou assinar qualquer documento na PIDE e manifestei sempre por esta a minha mais veemente repulsa".

E mais adiante:

"Para o fascismo é subversivo tudo o que não é fascismo.

Quem é secreto, ilicito e subversivo é o regime vigente.

E' secreto porque tudo é ocultado ao Povo. Em reuniões secretas entre altos capitalistas, portugueses e estrangeiros, e funcionários do Govêrno se trata das grandes negociatas e dos chamados interêsses. O Povo só conta como objecto de exploração. E a ocultar o Povo que o govêrno vende o País, aos pedaços e entrega a economia nacional e das colônias aos grandes monopólios internacionais. Mas todo o mundo acaba por saber que mais de 1/3 do capital de tôdas as empresas estabelecidas em Portugal é estrangeiro e que uma grande parte do restante é misto. Em troca o imperialismo internacional ajuda o Govêrno a manter criminosas guerras coloniais. Claro que o faz porque isso significa a continuação da exploração dos povos português e das colônias .Tudo isto é tramado na sombra, protegido por uma censura feroz e com muitos banquetes onde se exibem senhoras cheias de pele e jóias e onde os funcionários (os altos, claro) do regime e os seus beneficiários se elogiam mutuamente. O Povo, êsse sabe que vive cada vez pior, enquanto os grandes monopolistas aumentam sem cessar os seus lucros, que atingem somas astronómicas. E também sabe que são os seus filhos que são lançados para as criminosas guerras coloniais a defender os interêsses não do País mas dos tais dos banquetes, porque êsses falam nos combates mas não vão para lá; êsses combatem coelhos, perdizes galinholas em caçadas nas suas coutadas...

O regime é ilicito porque tendo começado ilicitamente por um golpe militar, sem o apoio do Povo e contra o Povo, nunca mais deixou de o ser. E' conhecido não apenas no País mas em todo o mundo que a ditadura que se instalou em Portugal vive apoiada apenas na repressão e no imperialismo internacional.

E o regime é subversivo porque espalha o terror pelo País e pelas colônias, suprime tôdas as liberdades politicas e os direitos da pessoa humana, prende espanca e assassina mesmo qualquer pessoa ao mais ligeiro protesto. A inviolabilidade do lar é coisa desconhecida em Portugal.

Os muitos milhares de exemplos que o Povo Português infelizmente conhece atestam bem que tudo isto é verdade."

SOLIDARIEDADE DOS ESTUDANTES POLACOS

A Associação Nacional dos Estudantes Polacos, tomando conhecimento da intensificação da repressão estudantil em Portugal, enviou ao ministro da Educação professor Galvão Telles o seguinte telegrama:

"Com uma grande indignação os estudantes polacos tomaram conhecimento alguns dias antes acerca da perseguição imposta sôbre os estudantes portugueses pelo regime político do seu país, assim como da expulsão de um grande número de estudantes das Universidades. Êstes actos não tendo qualquer justificação constituem uma grande violação dos direitos fundamentais dos estudantes em relação à liberdade e liberdade política de expressão.

"Em nome dos estudantes polacos, a "Associação Nacional dos Estudantes Polacos", condena com tôdas as suas fôrças, êste brutal ataque sôbre os direitos dos estudantes e exige a libertação imediata de todos os prêsos assim como a sua readmissão nas Universidades."

PROTESTO DA U.I.E.

Igualmente solidária com a luta dos estudantes portugueses a União Internacional dos Estudantes enviou o telegrama que abaixo publicamos ao "presidente" Tomás e ao ministro da Educação:

"Protestamos vigorosamente contra expulsão 208 estudantes Lisboa Universidade. Este fato é contra o direito de estudar e expressar sua opinião. Pedimos que os estudantes regressem suas Faculdades".

A U. I. E. enviou circulares a tôdas as organizações nela filiadas pedindo acções de protesto contra a nova violência que acaba de atingir os estudantes portugueses, imediatamente após as "eleições".

INICIATIVAS DO MOVIMENTO DEMOCRATICO DAS MULHERES

O Movimento Democrático das Mulheres Portuguesas continua desenvolvendo intensa actividade na luta cotra a repressão e pela amnistia.

Entre as suas últimas iniciativas conta-se a publicação de dois documentos de grande interêsse. Um dêles é completo "dossier" sôbre as mulheres portuguesas presas, torturadas e condenadas a prisão perpétua (medida de segurança) pelo fascismo. O outro, um "dossier" igualmente pormenorizado sôbre a situação actual dos prêsos políticos portugueses que cumprem nos presídios da PIDE as famigeradas "medidas de segurança".

Liberdade para Sofia Ferreira!

Conforme noticiamos em nossa ultima edição, encontra-se em desenvolvimento uma grande campanha internacional pela libertação de SOFIA FERREIRA.

O Movimento Democratico das Mulheres Portuguesas, ao qual se deve a iniciativa dessa patriotica campanha, distribuiu em Portugal e no Exterior um folheto sobre o caso de Sofia Ferreira, precedido de uma introdução em que são descritos minuciosamente os horrores do sistema prisional fascista na Fortaleza de Caxias. Transcrevemos, abaixo, algumas passagens da parte final desse importante documento:

"Na planície de seu país natal, Sofia Ferreira viu as primeiras lutas dos trabalhadores. Operarios agricolas revoltaram-se contra os latifundiarios contra a miséria. A sua cidade fica no coração de grandes herdades, pertencendo a um único dono.

Também lá as sirenes das fábricas enchem o ar e alcançam tão longe que os trabalhadores da terra escutam-nas e compreendem-nas.

Durante a noite, quando a vigilância policial o permitia, os trabalhadores vestidos de ganga azul desciam às barracas onde viviam os que trabalhavam na terra e liam-lhes jornais clandestinos.

Sofia Ferreira conheceu essa epoca e viveu-a. O seu espírito de jovem fortificou-se nessa vontade de luta e de fraternidade que vinha do campo e das fábricas.

Nasceu no 1.o de Maio. E esse dia, Sofia, ainda pequena, aprendeu a amá-lo.

A vida foi muito dura para ela e para a família.

O pai, trabalhador agricola trabalhava para os grandes proprietários e sofria todas as consequencias da má partilha da terra, dias sem trabalho e sem pão. Durante os periodos de desemprego era a miséria negra.

Ainda muito pequena de nove anos, mal alimentada, começou a trabalhar. A exploração capitalista marcou-a antes de acabar os estudos na escola. Não teve bonecas. Não pode brincar E bem depressa Sofia, pequenina compreendeu de que envergadura devem ser os homens que se levantam contra a miséria e a opressão, para conquistar um modo novo de justiça.

Conheceu-os no seu país de trabalhadores industriais e agricolas. Faziam-lhe chegar folhetos clandestinos, chamando os trabalhadores à luta. Começou assim a ler os jornais clandestinos.

E Sofia sabia que dia e noite uma rede ilegal se mantinha firme, travando um combate incansável, cheio de perigo, que enchia de entusiasmo o seu coração de jovem operária.

A sua consciência de explorada tornou-se mais precisa, mais determinada. Sofia sabia de que lado devia colocar-se. O ambiente de seu país natal ensinara-lhe. Mas agora conhecia também a via que leva à justiça social e ao fim da miséria.

Em 1947, escolheu o duro caminho da vida clandestina no Portugal de Salazar. No Portugal fascista. Nessa escola de coragem os seus melhores sentimentos afirmaram-se.

Tem duas irmãs: Georgette e Mercedes a mais nova. E todas tres seguiram o mesmo caminho dificil e heroico. Tornaram-se militantes clandestinas, elementos decisivos da luta popular.

Os jornais que Sofia gostava de ler em segredo na sua pequena cidade, passou a faze-los com todo o entusiasmo, pensando na gente da sua terra que ia le-los, mas desta vez impressos pelas suas próprias mãos.

Foi numa tipografia clandestina que dois anos depois a polícia foi encontrar uma de suas irmãs, Mercedes, enquanto ela seria presa poucos dias depois numa casa do Luso, com Alvaro Cunhal e Militão Ribeiro, os dois membros do Secretariado do Comité Central do Partido Comunista Português.

Uma nova batalha começava. Sofia estava nas mãos de agentes da PIDE — a policia politica de Salazar. Devia defender-se. Soube calar-se. Nenhuma resposta. Nenhuma declaração. A sua colera de explorada afirmava-se com a sua nova consciencia politica. Os carrascos do povo torturaram-na e insultaram-na. As sevícias malograram. Mantinha-se firme e resistia. E os carrascos voltavam a novas torturas e a novos insultos.

Sofia na sua cela da fortaleza de Caxias, sofria do mal que lhe faziam voltando todos os dias das cenas de tortura, sentindo-se cheia de esperança e certeza. As suas forças vinham dos grandiosos objetivos da sua luta e da fidelidade a todos os que lhe haviam ensinado a ser consciente e digna. E lembrava-se das pessoas do seu país natal. Sofia sentia que havia laços profundos entre a mulher caída nas mãos dos carrascos e os operários das fábricas e do campo submetidos ao jugo dos grandes proprietários e capitalistas.

Sofia pode mostrar o vigor e a perseverança da sua vida de combatente clandestina durante os longos meses de torturas e do mais completo isolamento. O tribunal julgou-a e condenou-a a três anos de prisão e medidas de segurança.

Fraca, muito fraca, sofrendo de um mal de figado e de intestinos, Sofia viu o seu estado de saúde agravar-se, sem cuidados clínicos, sofrendo a consequencia do odio policial e do regime da prisão.

Emagreceu perdeu as forças. Os três anos que passou na fortaleza de Caxias levaram-na a um estado de fraqueza que poderia ser-lhe fatal. Receava-se pela sua vida. Foi então que a polícia a soltou.

Uma vez em liberdade Sofia submeteu-se a uma grave operação cirúrgica. Conseguiu um minimo de forças. Voltou à luta clandestina.

A sua energia, as suas melhores qualidades de combatente deram provas da sua capacidade e dedicação. Organizou e dirigiu lutas de trabalhadores e mulheres. Montou redes clandestinas desmantelados pelas batidas da polícia. A sua consciencia fortificou-se na escola da luta e sentia cada vez mais que prestava serviços a todos aqueles que estão submetidos a uma horrenda exploração em Portugal

No mês de Maio de 1949, numa rua de Lisboa, a polícia prendeu-a novamente. E de novo o seu corpo franzino deu provas da sua grandeza de alma. As torturas. Os insultos. Os longos isolamentos. Os sofrimentos de toda a espécie. E Sofia resistiu, enfrentando todos os momentos difíceis. Não era mais a jovem de um país de operários de fábricas e camponeses. Era agora uma combatente responsável operária a quem a luta ensinara lições de liberdade e de futuro.

A farsa do Julgamento repetiu-se novamente. Mas Sofia não pode calar-se apesar do ambiente de intimidação, apesar da presença de dezenas de agentes da polícia que enchiam a pequena sala

Mais de seis anos passaram. Sofia continua atrás das grades da fortaleza de Caxias, sofrendo, enfraquecida pela mesma doença que se agravou nesse ambiente exaustivo geral em que é necessária uma coragem sobrehumana para resistir.

Recusaram-lhe a dieta. Os cuidados médicos não existem e são uma maneira de legalizar o processo de morte lenta.

Ela recebe a sua grande confiança do futuro, a sua força invencível, o seu espirito de combatente e de operária. Simples, generosa, Sofia está sempre pronta a auxiliar qualquer um, esquecendo os seus sofrimentos, o seu estado de fraqueza, a sua doença, pois o seu espírito solidário guarda as grandes virtudes das nossas mulheres, do nosso povo e dos nossos melhores combatentes.

Mas Sofia Ferreira precisa de auxílio, da solidariedade das mulheres do mundo inteiro, de seus camaradas e de suas irmãs. Ela sofre e corre graves riscos.

Neste momento Sofia não tem visitas, auxilio de familia tão nenecessário e reconfortante. A mãe morreu. As irmãs Mercedes e Georgette Ferreira tiveram de abandonar o país para escapar aos carceres de Salazar, onde as duas tambem ficaram alguns anos."

PORTUGAL DEMOCRATICO pede a todos os seus leitores e amigos enviem cartas, telegramas e abaixo-assinados ao "presidente" da Republica de Portugal e ao seu ministro da Justiça, exigindo a libertação de Sofia Ferreira.

DAR-ES-SALAAM:

Reunem-se Organizações Nacionalistas das Colónias

Em Dar-Es-Salaam, capital da República de Tanzania, realizou-se de 3 a 8 de Outubro a II Conferência das Organizações Nacionalistas das Colonias Portuguesas (CONCP).

Partindo da analise dos documentos de base elaborados pelo Comitê Preparatório da Conferência, os delegados fixaram a politica do organismo unitário, estabeleceram as modalidades de cooperação entre as organizações membros nos vários domínio da luta contra o colonialismo português, tanto no plano interno como no externo. Por outro lado, tendo em conta o caracter dominante da acção militar na fase atual da luta e as exigências impostas pela necessidade de reconstrução de largas áreas já libertas da ocupação militar portuguesa, a Conferência decidiu igualmente a reconversão das estruturas da CONCP.

No conclave registrou-se a presença de 34 delegados, representando as seguintes organizações políticas ou de massas: Comitê de Libertação de São Tomé e Principe (CLSTP), Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) União Nacional dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), União Democratica das mulheres da Guiné e Cabo Verde. O presidente da Conferência foi o dr. Agostinho Neto, presidente do MPLA. Entre os observadores convidados a acompanhar os trabalhos da Conferência figurou uma delegação da Frente Patriotica de Libertação Nacional composta de dois membros da Junta Revolucionária Portuguesa. Ramos de Almeida e Rui Cabeçadas.

Transcrevemos abaixo a parte final da Declaração Geral da Conferência pelo interesse que tem para todos os anti-fascistas e anticolonialistas portugueses:

A Conferencia analisou a acção da ONU no sentido da execução da resolução 1514-XV de 14 de Dezembro de 1960 sôbre a concessão de independência dos paises e povos coloniais. Verificou que, não obstante o isolamento em que Portugal se encontra no seio desta organização esta não revelou até agora capacidade para impor o respeito das suas resoluções ao Govêrno de Portugal e aos seus aliados que continuam a prestar-lhe ajuda e assistência na guerra colonial.

A conferência felicita-se pela resolução de 11 de Junho de 1965 do Comitê Especial dos 24, da ONU, na qual reconhece a legitimidade da luta armada dos povos das colonias portuguesas.

Perante a eventualidade de o Govêrno português prosseguir a guerra colonial em Angola, na Guiné e em Moçambique, a segunda Conferência responsabiliza desde já o Govêrno português por toda e qualquer forma que essa guerra vier a tomar, no sentido da destruição das vidas e dos meios materiais portugueses que a alimentam.

A segunda Conferência felicita-se pelo espirito de solidariedade e de franca colaboração que caracterizou os seus trabalhos e que teve como resultado tangivel a aceitação unânime das suas resoluções.

SOBRE A GUINÉ

Na Resolução sôbre a GUINÉ E CABO VERDE analisa-se desta forma a conjuntura:

"Na Guiné, em cêrca de dois anos de luta armada generalizada, quase metade do território nacional foi libertada do jugo português e a acção das FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DO POVO é cada vez mais vigorosa. As forças colonialistas estão na defensiva e a ocupação portuguêsa é forçada a confinar-se quase exclusivamente aos centros urbanos. Enquanto nas zonas ainda não libertadas a acção armada dos combatentes do P. A.I.G.C. se intensifica e se estende a novas partes do país uma vida nova esta a ser construida nas regiões libertadas com vistas a uma rápida e ainda melhoria das condições económicas, sociais e culturais da vida do povo guineense. A situação actual na Guiné, onde o P. A. I. G. C. desenvolve novas estruturas para a administração das regiões libertadas, pode, com efeito, ser considerada como a de um Estado, que tem uma parte do seu território nacional (nomeadamente os principais centros urbanos) ocupada por forças militares estrangeiras. Esta situação especial e a sua evolução favorável pode acelerar o processo de liquidação do colonialismo português em Africa.

Em Cabo Verde, onde dificuldades de ordem sobretudo geográfica não permitiram uma evolução tão rápida de luta de libertação como na Guiné, foram realizados progressos importantes no plano da mobilização e de organização politica das massas populares, nos últimos dois anos. A situação actual revela o necessário, amadurecimento das condições políticas, para permitir a passagem da luta a uma nova fase. O povo caboverdeano sob a direção do P.A.I.G.C., prepara-se activamente para desencadear a acção armada contra as forças ocupantes, única via deixada ao seu alcance para a libertação do arquipelago do jugo colonial».

SOBRE ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Quanto a ANGOLA, a Conferência, considerando que o MPLA é "a organização politica que representa a sociedade angolana no seu conjunto» decidiu apoiar a luta de libertação do povo de Angola sob a direção do Movimento Popular de Libertação de Angola e tomou ainda outras decisões tendentes a canalizar para aquela organização a ajuda material e a sustentação diplomática dos Estados Africanos e da O.U.A.

Na resolução sôbre MOÇAMBIQUE, a Conferência:

Reitera a condenação da politica retrograda e criminosa do govêrno colonial fascista de Portugal, que está impondo a guerra ao povo moçambicano;

Saúda a luta armada do heróico povo moçambicano contra o colonialismo português, e pela conquista da independência nacional;

Reafirma o seu apoio total ao povo moçambicano e a sua organização dirigente, a FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO.);

Faz um apêlo premente aos Estados da Africa, a todos os Estados amantes da Paz e da Liberdade e a a todas as forças de progresso, para que concedam um apoio incondicional a FRELIMO em vista da solução dos problemas urgentes suscitados pela luta armada e pelas necessidades imperiosas da reconstrução nacional;

Denuncia a coalisão dos govêrnos da Africa do Sul, da Rodésia do Sul e de Portugal, que visa a impôr a supremacia da raça branca na região austral da Africa;

Denuncia a cooperação entre a policia portuguesa de Moçambique e a policia inglesa da Suazilandia e Rodésia que permitiu já o rapto de vários nacionalistas moçambicanos residentes na Suazilandia e na Rodésia;

Apela para a opinião mundial para que exija a liberdade de todos os patriotas moçambicanos que jazem injustamente nas prisões colonialistas.

SAUDAÇÃO À OPOSIÇÃO DEMOCRATICA PORTUGUESA

Foi igualmente aprovada a seguinte resolução sobre Portugal e a Oposição Democratica Portuguesa:

"Considerando que o Govêrno Português, com manifesto desprezo da legalidade internacional, continua a opor-se ao reconhecimento do direito a auto-determinação aos povos de Angola, da Guiné e Cabo Verde, de Moçambique e de S .Tomé e Principe";

Considerando que o desenvolvimento da luta anti fascista em Portugal constitue um apoio apreciavel ao movimento de libertação nacional nas colonias portuguesas,

A 2.a Conferência:

— Reafirma que a luta armada é a unica via capaz de conduzir a realização das justas aspirações dos povos sob dominação colonial portuguesa;

— Saúda e encoraja a oposição democratica portuguêsa no seu combate contra o regime fascista;

— Declara que a CONCP se dispõe a estreitar as suas relações com a oposição democratica portuguêsa, numa base de beneficios mutuos.

SOBRE OS ALIADOS DE SALAZAR

Pela sua importância reproduzimos ainda a resolução aprovada sôbre os aliados de Portugal:

"Considerando que o govêrno colonialista português não poderia fazer face à guerra colonial em três frentes, contra os povos das colonias portuguesas, se não tivesse o apoio moral, político, econômico, financeiro, técnico e em material de guerra, dos seus aliados, nomeadamente dos Estados Unidos da América, da República Federal Alemã, da Grã-Bretanha, da França e do Japão;

Considerando que essa ajuda constitui uma violação flagrante das resoluções da O.N.O. sôbre o colonalismo em geral e as colonias portuguesas em particular, sendo contrária ao direito inalienavel dos povos à auto-determinação e à independência;

Considerando que o fornecimento de meios a Portugal para o prosseguimento da guerra colonial define uma cumplicidade nessa guerra.

A 2.a CONFERENCIA:

Denuncia e condena os três aliados de Portugal que prestam o auxilio aos colonialistas portugueses, na Guiné, em Angola e Moçambique;

Proclama que nenhuma razão pode justificar ou atenuar a responsabilidade dos aliados de Portugal pela sua cumplicidade nos crimes cometidos pelos colonialistas portugueses contra os povos coloniais;

Declara que nenhuma tentativa dos aliados de Portugal para se implantarem nos paises ainda sob dominação colonial portuguesa pode vencer a determinação e a vigilancia dos povos em luta pela sua independência real e completa;

Declara que a participação dos aliados de Portugal na guerra colonial, através do fornecimento criminoso dos meios utilizados contra os povos coloniais refletir-se-á inevitàvelmente nas relações futuras entre os povos das actuais colonias portuguesas e os paises aliados de Portugal.

Reafirma a determinação dos povos das colonias portuguesas de prosseguirem a sua justa luta de libertação nacional até à liquidação total do colonialismo português, quaisquer que sejam as ajudas que Portugal possa receber dos seus aliados".

A Conferência decidiu que voltará a reunir-se em "1967 num país ou numa zona já libertos da dominação colonial portuguesa".

MEMORANDO DA F. P. L. N.

A Frente Patriotica de Libertação Nacional, representada na reunião por dois membros da sua Junta Revolucionária, endereçou à Conferencia um memorando sobre a luta antifascista e anticolonialista do povo portugues, duas frentes de um mesmo combate.

Depois de historiar as condições em que se desenvolve essa luta, o Memorando conclui:

"A Frente Patriotica de Libertação Nacional, movimento unitário anti-fascista e anti-colonialista, definiu desde há muito, e claramente, a sua posição de principio sobre o movimento de libertação das colónias portuguesas ..

A frente Patriótica de Liberta ção Nacional afirma que o derrutamento do governo fascista e colonialista de Salazar deverá dar lugar à constituição de um governo democrático ao qual incumbirá, caso o povo português recupere a liberdade antes dos povos das colónias portuguesas conquistarem a independência:

— libertar imediatamente os combatentes nacionalistas presos;

— suspender imediatamente as operações militares e mandar retirar as forças expedicionárias;

— abrir as negociações com os representantes dos movimentos nacionalistas de cada colónia;

— reconhecer imediatamente a independência dos territórios coloniais;

— estabelecer, de comum acordo, a transferência dos poderes administrativos.

A Frente Patriótica de Libertação Nacional considera ainda ser de extrema importância para o desenvolvimento da luta contra o fascismo e o colonialismo português que:

— A opinião pública e os movimentos democraticos, anti-fascistas e anti-colonialistas de diversos paises se solidarizem por todas as formas ao seu alcance, com o movimento nacional libertador dos Povos de Angola, Guine e Moçambique;

— os laços de cooperação entre o movimento anti-fascista e anti-colonialista português e os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas se estreitem e concretizem ainda mais na prática e na acção;

— seja contraposta ao apoio do imperialismo aos regimes fascistas, colonialistas e reaccionários, uma larga e unida Frente Mundial contra o fascismo, o imperialismo, o colonialismo e o neo-colonialismo.

Outubro 1965

A JUNTA REVOLUCIONARIA PORTUGUESA

Rui Cabeçadas, José Ervedosa Fernando Piteira Santos, Manuel Sertório e Manuel Tito de Morais.

Lutas Populares

LISBOA (Do Correspondente) — Apesar de os meses do verão não serem tradicionalmente propicios às lutas reivindicativas, por coincidirem com as férias, êste ano o panorama foi diferente, tendo-se mesmo observado tendencia para o fortalecimento dos movimentos que em centenas de grandes e pequenas empresas se estruturaram com o objectivo de obterem aumentos salariais e outras vantagens.

CAVAN — Após uma longa e dificil luta, os trabalhadores desta emprêsa de Santa Iria obtiveram o aumento que vinham exigindo, três escudos para as mulheres; e de quatro a nove escudos para rapazes e homens. O trabalho desenvolvido pela comissão de operários que conduziu as negociações com a administração foi decisivo.

GREVE DE PESCADORES — Os "mestres" da pesca da pescada do Algarve fizeram uma greve de oito dias, recusando-se a levar os barcos para o mar em sinal de protesto pelo lançamento do imposto adicional de 30 escudos sobre os lucros do ano. Apesar de ser uma greve decidida pelos "mestres", isto é pelos próprios donos dos barcos, os pescadores solidarizaram-se com êles, fazendo frente comum contra as autoridades fascistas.

FABRICA DA ABELHEIRA — A cantina desta emprêsa passou a ser administrada pela comissão de unidade.

ELETROCERAMICA DO PORTO — Os administradores estão exigindo que os operarios duplique a produção. Os salários entretanto não aumentam. O pessoal não aguenta o ritmo e muitos operários têm sido despedidos. O objetivo dos tecnicos da empresa é reduzir para metade os efetivos do pessoal através do aumento da produtividade obtida por métodos que lembram o trabalho escravo.

PROFISSIONAIS DE SEGUROS — No Porto houve várias reuniões entre os dirigentes do Sindicato e a classe, assim como uma ou duas assembleias gerais em que a categoria profissional manifestou o seu descontentamento quanto à situação e exigiu uma rápida saída para o actual bêco a que se chegou. O Gremio mostrava-se em principio disposto a conceder o aumento de vencimentos desde que as companhias pudessem aumentar os prémios de seguro. Ora os profissionais declaram nada ter a ver com a questão dos prémios, alegando que as companhias podiam conceder aumento imediato, graças aos seus fartos lucros, sem necessidade de elevar os prémios. Em Julho, finalmente, foi concedido um aumento, mas a sua percentagem variou com as categorias e registrou-se uma elevação dos prémios da ordem dos 2,5%. Os profissionais do ramo não se mostram satisfeitos. Sabe-se que as companhias, graças à manobra arrecadarão mais 30 milhões de escudos por ano.

ELECTRICISTAS DO PORTO — Os electricistas deste distrito conquistaram um aumento de salários que, em certos casos, atingiu 10 escudos diários, férias pagas e outras regalias. Como habitualmente a combatividade do pessoal da EFACEC contribuiu decisivamente para o exito do movimento reivindicativo da categoria profissional.

SALAZAR NA...

(Conclusão da 5.a pág.)

virtude de sua insistência em que Portugal liberte Angola e Moçambique.

ESPERANÇA PARA O FUTURO

O manifesto da semana passada não teve efeito nas eleições, claro, e não foi nem aprovado nem apoiado pelos bispos portugueses que tradicionalmente apoiam Salazar. Mas os principais autores do documento creem que êle "criará uma união de católicos contra o regime", e talvez a base eventual para o Partido Democrático Cristão anti-Salazarista. O que indubitavelmente aponta o futuro: o membro mais velho tem 47; a maioria está nos 30.

(In Time, Nova York 12-11-65).

PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSAVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL
RIO DE JANEIRO: Rua General Pedra, 215 — Tel.: 43-0202

REPRESENTANTES
RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 - 1.º
CURITIBA: A. Ferrer — Rua João Pessoa, 67.
LONDRINA: Julio Duarte — Edificio Centro Comercial — Apto. 141.
PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio — R. Dr. Flores 26 — Rio Grande do Sul.
PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 - Pelotas - R. Grande do Sul
INGLATERRA: Portuguese And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London. S.W. 8
BRUXELAS: Carlos Siqueira Rue Jolly, 77 Schaerbeek — Bruxelles 3
HOLANDA:
ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 15 — Amterdam - C.
CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association 10 — Eden Place Toronto 2B — Ontário
A. dos Santos
7564 d'Outremont Ave. Apt.1 Montreal 15, P.Q.
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguêsa — Apartado 8287 — Caracas.
URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casila de Correo, n.o 2.128, Distrito 5 — Montevideu.
CHECOSLOVÁQUIA: João Ribeiro — Postovnú Urada — — Praha.
FRANÇA: Grupo de Amigos de "Portugal Democratico" 29, rue St. André des Arts. Paris — 6 ème.

REDAÇÃO
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Tel.: 37-0933 — São Paulo.
Caixa Postal 6248

EXPEDIENTE
Dias úteis: das 19 às 22 horas
sábados: das 15 às 19 horas.
Número avulso: Cr$ 50
Assinatura anual Cr$ 1.500

Ano X - Nº 101 - Dezembro - 65

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

A LUTA DOS ESTUDANTES

Apesar das rigorosas condições de sigilo estabelecidas em torno das acusações formuladas pelo Ministério da Educação Nacional de Salazar no processo disciplinar movido contra os estudantes que mais se distinguiram nos últimos movimentos verificados em Portugal, conseguimos obter fotocópia dêsse documento. Abaixo transcrevemos alguns passos dêsse requisitório, vergonhoso testemunho da miséria intelectual e moral a que chegou o Ministério da Educação português. Começa o Ministro por relatar o que se passou na célebre sessão em que foi "vilipendiado" o Reitor Paulo Cunha. Vejamos em que têrmos o faz:

"CALA A BOCA URSO"

"Na sessão solene comemorativa do "dia da Universidade", realizada em 22 de janeiro de 1965, na Aula Magna da Universidade, com a assistência dos Reitores, dos Diretores das Faculdades, de Professôres, de Adidos Culturais às Embaixadas e de numeroso público, destinada, além do mais, à distribuição de insignias doutorais e de prêmios aos alunos mais distintos do ano anterior, um grupo de estudantes praticou atos de grave indisciplina, perturbando a ordem e interrompendo as orações dos Professôres João Lumbrales e Paulo Cunha, designadamente dêste último como Reitor, com ruidosos ataques de tosse e riso, aos quais se seguiram gritos alusivos a esta autoridade acadêmica, de "demissão", "cala a boca urso", "ainda não acabaste de falar", "assassino", "dá liberdade aos presos", "Milú", "Milú" e outros semelhantes".

ABAIXO AS TORTURAS

Depois de denunciar três estudantes da Faculdade de Direito, dirigentes da Associação Acadêmica, como responsáveis pelo incitamento a esta manifestação, o Ministro passa a referir-se ao julgamento do estudante Saldanha Sanches, confessando os prejuizos trazidos ao salazarismo pelas poderosas "manifestações junto às prisões e pelas ruas da Baixa cujos "gritos de Liberdade para os estudantes presos" e "Abaixo as torturas" encontram eco na multidão. "E comenta, com ar muito circunspecto: "A aglomeração dos estudantes à porta do Tribunal por ocasião dos julgamentos universitários e pelas ruas da Baixa, com gritos de "Liberdade", fomentada, em grande parte, pelos referidos dirigentes associativos da Faculdade de Direito, envolve a prática de atos de perturbação e de indisciplina coletiva que nada prestigiam a universidade".

O ESPANTALHO DA SUBVERSÃO

Refere-se depois aos boletins publicados pelos estudantes, dos quais transcreve frases como estas: "A política de repressão e isolamento que nos é imposta tem de corresponder a nossa luta pela sobrevivência. O discurso que o Senhor Ministro da Educação Nacional proferiu no dia 9 de novembro simboliza tôda a política universitária do Govêrno: acenar aos estudantes com o espantalho da subversão, a fim de amedrontar e dêste modo isolar a Associação". "E para consumar mais rapidamente êsse objetivo desencadeia-se a repressão universitária ou extra-universitária, para que os estudantes tenham de pensar duas vezes na sua segurança pessoal, antes de se disporem a colaborar na vida associativa.

Denuncia depois, como um ato merecedor de graves castigos o almoço que os estudantes promoveram, em 11 de dezembro de 1964, em homenagem ao seu colega Saldanha Sanches que fôra posto em liberdade pelo Tribunal Criminal: "êste ato — escreve — por envolver desobediencias às determinações das competentes autoridades acadêmicas, constitui infração disciplinar nos têrmos da parte final do artigo 2.o do Decreto 21.160".

O REITOR SENIL

E a denuncia continua: "Nas instalações academicas da Faculdade de Direito foi encontrado um cartaz com os seguintes dizeres: "Ontem vimos um Reitor porteiro, um Reitor policia, um Reitor agente da PIDE; é isto o Magnifico Reitor". Encontraram-se também pequenas tarjetas alusivas ao Reitor em que se pede a sua demissão, afirmando-se que o mesmo está senil".

POESIA E RISOS

Refere-se em seguida às reuniões plenárias realizadas pelos estudantes, nas quais se afirmou que "noventa por cento da população portuguesa passa fome" e foram lidos alguns versos que — pecado supremo — "provocaram grande hilariedade entre a assistência"...

Recorda-se então que "essas manifestações de carater coletivo" são "proibidas pelo § 1.o do artigo 16.o e pelo artigo 17.o do Decreto Lei 44.632".

FALTA DE VITAMINAS

E quais são as manifestações de carater coletivo que o Ministro denuncia e para as quais pede os rigores da repressão policial? São, como mais adiante se especifica, aquela que um grupo de alunos realizou, em 11 de março de 1965, "como protesto pela falta de vitaminas da alimentação, de higiene e pelos preços considerados excessivos atenta a qualidade da comida fornecida", da qual saiu uma comissão eleita pelos estudantes "para tratar dos assuntos da cantina".

OS CRIMES DOS ESTUDANTES

Mas não são êstes apenas os crimes dos estudantes contra os quais o Ministro exige a ação da PIDE. Êles são culpados também de terem escrito: "Gerações sucessivas têm sido alvo de tais esforços e interêsses: desde há longos anos êsses interêsses têm sido servidos por sombrios processos e métodos dos quais a censura à imprensa, permitindo imoral "cozinhar" da opinião pública, não é certamente o de menor produtividade. "E mais adiante: "E' precisamente esta conduta do govêrno, querendo abafar as justas aspirações dos estudantes, que têm gerado na Universidade um clima de intensa crise. São as proibições das realizações mais válidas dos estudantes, as expulsões de inúmeros dirigentes associativos, as inumeras prisões, as violências de que são alvo os estudantes etc .etc. que caracterizam a atitude do Govêrno perante a Universidade, condensada bem em tôda a legislação em vigor".

Realmente, como poderia o Ministro perdoar que depois de quarenta anos de noite intelectual os estudantes mantenham ainda uma visão clara e nitida dos seus problemas?

DIGNIDADE DAS NOVAS GERAÇÕES

Visão que os leva também, sempre segundo as denuncias feitas à PIDE pelo Ministro Galvão Teles no documento que estamos transcrevendo, a proclamar: "O direito à informação é impedido pelo monopólio da deformação; certas notas oficiosas circulam, usando abusivamente do carater de verdade última, quando não passam de breves justificações para a asfixia de organismos, cuja vida e vitória é a de ainda serem estruturas de democracia". "Estamos em presença de um ataque planificado à Universidade. Ataque em duas frentes: a dos estudantes e a dos professôres. Serviço do Govêrno prestado à cultura e à nação portuguesa? Nada de mais falso. A única ambição do govêrno foi de dispor a Universidade de tal modo que ela se tornasse um organismo de prestação de serviços, submissa e obediente... Ora, a ausencia de lei beneficia quem detem o poder principalmente naqueles regimes que o usam com um certo à vontade. O Govêrno disse: crie-se o vazio legal — e o vazio legal foi criado no ano de 1957, tendo sido acarinhado até 1962."

O requisitório do Ministro Galvão Teles, as baixas denuncias à Policia, o incitamento à prisão dos estudantes, a terminologia rasteira em que o Ministro-Policia se exprime, tornam êste documento um dos libelos mais patentes da situação de indigência intelectual em que se encontra o orgão supremo da nossa cultura. Mas êle é também, o que nos reconforta o coração, uma prova da indomável coragem da nossa juventude e da lucidez que os estudants portugueses conseguem manter depois de tantos anos de deformação sistemática da sua mentalidade...

Ultima Hora

Derrotas Colonialistas no Norte de Moçambique

BEIRA (Do Correspondente) — A crise internacional provocada pela declaração unilateral de independencia da Rodesia coincidiu com um sensível agravamento da situação militar no norte de Moçambique. Ao longo de quase toda a extensão da fronteira do Rovuma e da linha de demarcação com o Malawi as tropas colonialistas passaram à defensiva, dando mostras de profundo abatimento.

Os comandos da FRELIMO atacam unidades colonialistas nos mais variados pontos, forçando-as a uma dispersão contrária aos planos do alto comando de Lourenço Marques. A tática das forças nacionalistas visa à destruição da infra-estrutura economica, com prioridade para as comunicações e os transportes.

A maioria dos colonos brancos está abandonando apressadamente uma vasta área confinante com a Republica de Tanzania que os guerrilheiros transformaram em «terra queimada» O exercito mantém aí apenas raros postos e a colheita do chá, principal riqueza agrícola da região, foi abandonada por falta de proteção militar adequada. Os comandos da FRELIMO fizeram ir pelos ares algumas pontes e apoderaram-se nas estradas de várias camionetas.

Nesta cidade, apesar do seu grande afastamento da zona onde se desenvolvem essas acções, o ambiente é de tensão, sendo generalizado o receio de que as guerrilhas comecem brevemente a operar no Vale do Zambeze Os tumultos provocados pelos patriotas africanos da Rodesia, em Bulawayo, as greves e outras acções de massas que se verificam do outro lado da fronteira trazem apavorados os militares e os civís ultras.

TERROR NOS QUARTEIS DE PORTUGAL

LISBOA (Do Correspondente) — A revolta contra a guerra colonial cresce nos quarteis nas cidades e nos campos. Entre os jovens prestes a ser chamados às fileiras a tendencia dominante é para sair do País seja como for, desafiando as proibições impostas pelas autoridades militares. Receosos de perderem os filhos em Africa, os pais são agora os primeiros a ajudá-los a emigrarem clandestinamente, mesmo quando para isso se vêem obrigados a vender tudo que possuem.

A consequencia desse estado de espirito generalizado é a implantação num numero cada vez maior de unidades militares de um regime de terror. Os comandantes intensificada em obediencia a instruções do Governo. A Fundição de Oeiras, por encomenda dos alemães de Bonn — mas muito provavelmente para fortalecer a máquina de guerra salazarista — está fabricando presentemente bombas de napalm, morteiros de 81 e granadas de mão. O desfile de tecnicos estrangeiros nela empresa é constante. Dois alemães inspecionam permanentemente o material

põe as suas "teses", declarando abertamente as suas simpatias por Hitler. Trata-se de um oficial que esteve na Alemanha durante a guerra e não esconde que aprova os metodos da Gestapo, insinuando que não recuará ante as "lavagens de cerebro" se alguns soldados a tanto o obrigarem pelo seu comportamento. A unidade tem as TRIOTICOS no mais puro estilo fascista, redigidos pelo próprio comandante.

paredes cobertas de "slogans" PA-

Por outro lado, a produção de material de guerra está sendo infascista. O que está acontecendo em Sacavem, na Escola Práctica de Serviço de Material é tipico. O comandante coronel Virgilio Vicente de Matos, bem conhecido pelas suas ideias nazis, convoca reuniões de oficiais e sargentos e pelas explicações do oficial [illegible]

A Companhia de Pólvoras e Munições de Barcarena tambem iniciou a producão de material de guerra, em grande escala, ao que se diz, destinado à OTAN, mas certamente para reforço do aparelho militar do colonialismo portugues. E' significativo que a principal encomenda seja constituida de bombas de 12 quilos para avião, arma perfeitamente obsoleta numa guerra convencional mas eficaz e economica para massacrar africanos indefesos. A producão é inspecionada por alemães e por um belga.

NO ENTRONCAMENTO

Na Companhia Divisionária de Manutenção de Material, no Entroncamento, tem-se registrado uma perseguição constante a todos os oficiais milicianos conhecidos pelas suas tendencias democraticas. Os esbirros encarregados de vigiá-los, apresentam-nos como "politicamente perigosos". Existe na unidade uma espécie de policia interna que trabalha em coordenação com a PIDE. Os oficiais que desempenham esse vergonhoso papel de informadores são: os capitães Garcia da Silva e Reis e os tenentes Machado, Aires, Pequeno e Fontes.

Pequenas Noticias

● Durante uma cerimonia realizada no Instituto de Altos Estudos Militares o general Augusto das Neves, afirmou que as Fôrças Armadas portuguesas devem preparar-se para participar de uma guerra nuclear.

● Foram descobertos lençois petroliferos submarinos ao sul do Zaire e do Quanza. A "Gulf Oil" já requereu a concessão e não resta dúvida que a mesma lhe será concedida.

● Iniciou-se num tribunal de Lisboa, em ambiente de escândalo o julgamento do cantor Francisco José, processado pela Radiotelevisao por "injuria e difamação". Francisco José acusara a direção da Radiotelevisão de pagar altos "cachets" a estrangeiros e salários miseráveis aos artistas nacionais, o que é rigorosamente exacto.

● Em muitas regiões de Portugal o vinho está sendo vendido ao preço irrisório de 400 escudos a pipa por falta de vasilhame disponivel. As autoridades mostram-se incapazes de resolver o problema e muitos pequenos lavradores estão à beira da ruina.

● A carestia, no fim do outono, acentua-se. O preço dos ovos foi fixado oficialmente entre esc. 11 e 15$60, mas o povo está pagando a dúzia a 18$00, isto é o equivalente a 1360 cruzeiros.

● A falta de leite é aguda nas principais cidades portuguesas, a principiar por Lisboa. Segundo estatisticas oficiais, o consumo **per capita** em Evora desceu para menos de 3 centilitros por dia, apesar de se tratar de uma região particularmente rica em gado bovino.

● A imprensa de Lisboa e Porto tem divulgado numerosos protestos de pais de alunos, revoltados contra a falta de certos livros únicos aprovados para o ensino secundário. Os alunos são obrigados a apresentar êsses livros mas, acontece que muitos dêles estão esgotados e as novas edições tardarão mêses a surgir.

● O reitor-policia Paulo Cunha, carrasco dos estudantes portugueses foi exonerado das suas funções. O novo reitor da Universidade de Lisboa é o professor José de Vasconcelos Sarmento e Castro. Consta que se acentuaram ultimamente os disturbios psiquicos de que Paulo Cunha vinha sofrendo e que já se haviam agravado durante a sua recente visita ao Brasil.

● O chamado **Instituto Superior** de Ciências Sociais e Politica Ultramarina está promovendo um "curso livre de cultura eslava". Na parte referente à História russa o programa detem-se à "entrada do século XIX".

● Um quarto das ações do Banco da Agricultura foram adquiridas por um banco norte-americano pertencente à Opus Dei. O dominio dessa organização sôbre importantes setores económicos vem-se acentuando. Entre as empresas cujo contrôle assumiu conta-se a "Universal, Aço, Máquinas e Ferramentas".

● Um dos argumentos usados pelos oficiais fascistas na sua propaganda da guerra colonial é o de "que se ganha mais nas colonias".

● O Estado vem adoptando o costume de levantar dos cofres da APT antes do prazo a parte que lhe cabe da receita proveniente do aumento das tarifas telefonicas. O expediente, que se está tornando extensivo a outras empresas em condições semelhantes, tem por objetivo obter fundos para o financiamento da guerra colonial.

● Todos os barcos que sairem com tropas para as colonias são revistados de cima a baixo. Dois dias antes da partida não deixam sair ninguém. No dia 22 de Novembro no Vera Cruz partiu de Lisboa para Angola um dos maiores contingentes desde o inicio da guerra colonial: 2.200 homens!

● A totalidade dos efetivos da incorporação de 64 no Serviço de Transmissão da Trafaria foi mobilizada. O fato é interpretado como significando um consideravel aumento no número de tropas que seguirão para as colonias nos proximos mêses.

● Na União Nacional do Porto houve azeda discussão entre salazaristas quando da apresentação da lista de candidatos às "eleições" de Novembro. A policia teve de intervir para apaziguar os animos, no momento em que a lista ia ser entregue ao Govêrno Civil. As comadres desentendem-se...

● O grupo monopolista alemão Krupp propõe-se exportar anualmente cinco milhõs de toneladas de minerio de ferro... angolano. Como muito bem salienta a revista "Die Welt", a amizade de Salazar permite à Alemanha Ocidental entrar em Africa "sem necessidade de dar um tiro".

● O estudante Medeiros Ferreira, que fazia parte da lista de candidatos da oposição democratica pelo circulo de Lisboa, foi suspenso pela reitoria da Faculdade que frequentava. Duzentos estudantes que o auxiliaram na sua "campanha" foram punidos com penas que vão de 15 dias a oito anos de suspensão.

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. Cons. Furtado, 101 — SP. Brasil
Endereços de Assinantes